

# I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura Osasco/SP



Rede de Gestores  
de Políticas Públicas  
de Economia Solidária

Ministério  
da Cultura

Secretaria Nacional  
de Economia Solidária

Ministério  
do Trabalho e Emprego



# Sumário

Cartas dos Realizadores.....	07
Prefeito do Município de Osasco .....	07
Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária .....	08
Apresentação.....	13
Introdução .....	17
A Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura .....	25
Solenidade de Abertura .....	25
Debates da Conferência.....	30
Painéis.....	30
Miniconferências .....	34
Carta de Osasco .....	39
Anexos .....	45
Programação.....	45
Carta à Presidenta Dilma sobre espaço da Economia Solidária no seu governo.....	46
Contribuições ao debate do Grupo de Trabalho do Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Ponto de Cultura de Economia da Cultura.....	50
Expediente .....	60

# I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura

Os dias 24 e 25 de Novembro de 2010



## Realização

*Esta publicação é fruto da reflexão e proposição de Políticas Públicas, à luz de práticas da economia da cultura e economia solidária, realizada na I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA, nos dias 24 e 25 de novembro de 2010, com a participação de mais de 500 pessoas, de todos os Estados, entre Gestores Públicos, Pesquisadores, Estudantes, Artistas, representantes de Organizações Sociais e Trabalhadores da Economia Solidária.*



Chegada dos participantes. Local: Teatro Municipal. Foto: Fabio Correa

# Cartas dos realizadores

O Brasil passa por um cenário macroeconômico bastante favorável desde a metade dos anos 2000. Para se diferenciar do que foi observado em décadas anteriores, é preciso que este ciclo de crescimento econômico venha acompanhado de distribuição de renda e combate à miséria.

Em contribuição ao conjunto de experiências inovadoras que vem ocorrendo em diferentes regiões do país, a cidade de Osasco/SP criou uma estratégia de inclusão social que articula políticas de transferência de renda com políticas de geração de ocupação e renda. Essas políticas incluem iniciativas de capacitação e inclusão pela via do trabalho formal e/ou pelo fomento de empreendimentos econômicos populares e solidários.

Os indicadores sinalizam que estamos no caminho certo, uma vez que a cidade passa a ser 10ª maior economia brasileira sem se esquecer de melhorar as condições de vida da população mais vulnerável. Desde 2005, isso vem se manifestando pela redução do desemprego, aumento dos empregos formais e redução da precarização do trabalho.

A discussão sobre o avanço da qualidade de vida da população passa pelo princípio do Estado de direito de garantir acesso à saúde, educação, seguridade social, ocupação e cultura. Neste sentido, a “Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura” tornou-se relevante por integrar a discussão da área cultural aliada à economia solidária, abordando temas que passam pelo desafio da formação de grupos, empreendimentos e redes no âmbito da economia criativa

Desta forma, é com grande satisfação que a Prefeitura disponibiliza a presente publicação que buscou sistematizar a riqueza das discussões e do conhecimento coletivo construído junto aos diversos atores que participaram da conferência realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2010.

Boa leitura,

**Emidio de Souza**

*Prefeito de Osasco/SP*

## Cultura e Economia Solidária

Existem três motivações principais que orientam o esforço de aproximação entre as políticas nacionais de apoio à economia solidária e as políticas de cultura. Primeiro, pelo reconhecimento da existência de milhares de empreendimentos econômicos que atuam diretamente no campo da produção de bens e serviços culturais e que demandam ações específicas de fomento e apoio para a melhoria da organização econômica e acesso às políticas públicas; segundo, pelo reconhecimento das importantes e inovadoras políticas formuladas e implementadas no âmbito da cultura, cujos desenhos e públicos prioritários apontam para a possibilidade de organização através dos princípios e valores da economia solidária; e, por fim, pela compreensão da Secretaria Nacional de Economia Solidária de que os desafios da economia solidária, enquanto proposição de um novo modelo de desenvolvimento, implicam em mudanças profundas em várias dimensões da vida social, em especial, na dimensão cultural.

Ao longo dos seus 8 anos de existência, a Secretaria Nacional de Economia Solidária procurou, em parceria com o Ministério da Cultura, afirmar a percepção de que existe um espaço de reciprocidade nas ações e nos propósitos políticos que conferem concretude ao diálogo intersetorial e maior efetividade projetos e políticas públicas envolvendo economia solidária e cultura. Dentre as iniciativas desenvolvidas conjuntamente ressaltamos:

- A realização, em conjunto, das TEIAS que, desta primeira edição, no Pavilhão da Bienal de São Paulo, articulou a participação dos Pontos de Cultura e as iniciativas de Economia Solidária;
- Os apoios realizados aos Festivais de Música Independentes,
- As articulações realizadas nos territórios através dos Pontos de Cultura e outros instrumentos das políticas públicas de economia solidária e da cultura,
- A realização do Seminário Nacional de Economia da Cultura e Extensão Universitária, no Rio de Janeiro, e
- A realização da Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura, em novembro de 2010.

De maneira que, atualmente, já possuímos com um substrato de relações institucionais capazes de permitir a projeção de

um campo mais amplo para o desenvolvimento de políticas estruturantes e emancipatórias para um setor importante dos empreendimentos culturais organizados com base na solidariedade, na cooperação, no trabalho associado e na autogestão.

O tema da cultura e economia solidária obteve enorme destaque durante a II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2010. Dentre as deliberações cabe destaque a afirmação de que “no campo da cultura, é preciso propiciar maior acesso às informações ligadas à economia da cultura, estimulando a criação e consolidação de empreendimentos solidários culturais, implantando políticas públicas nos segmentos setoriais: artesanato, culturas indígenas, culturas populares, culturas afrobrasileiras, culturas dos povos tradicionais, cultura dos povos ribeirinhos, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, música, literatura, arte digital, design, museu e patrimônio material. É necessário também ampliar o investimento público para valorização, reconhecimento e fomento da cultura popular e dos povos tradicionais, contribuindo para um movimento de contracultura ao consumismo e a outros valores capitalistas. No apoio aos empreendimentos solidários, deve haver um estímulo financeiro para que incluam em seus planejamentos esporte, cultura, lazer, intercâmbio cultural e uso dos conhecimentos tradicionais” (Documento Final da II CONAES, pág. 39).

A II Conferência reconheceu que os empreendimentos solidários que atuam no campo cultural possuem as mesmas demandas dos demais empreendimentos de economia solidária. Ou seja, dificuldade para acesso a conhecimentos (formação, assessoria técnica, de gestão, etc.), acesso à capital (aos meios de produção culturais e tecnologias sociais adequadas) e acesso aos mecanismos de comercialização dos bens ou serviços (feiras, mercado institucional e público, meios de circulação, etc.).

Sendo assim, os desafios para a elaboração de políticas que atuem tanto na organização desses atores que não acessam as políticas existentes de economia solidária e de cultura permanecem tanto para os gestores das políticas, os sujeitos sociais diretamente envolvidos e a sociedade em geral.

Em continuidade ao trabalho já realizado continuaremos a envidar todos os esforços para que as políticas estejam articuladas com o desenvolvimento de condições gerais de produção

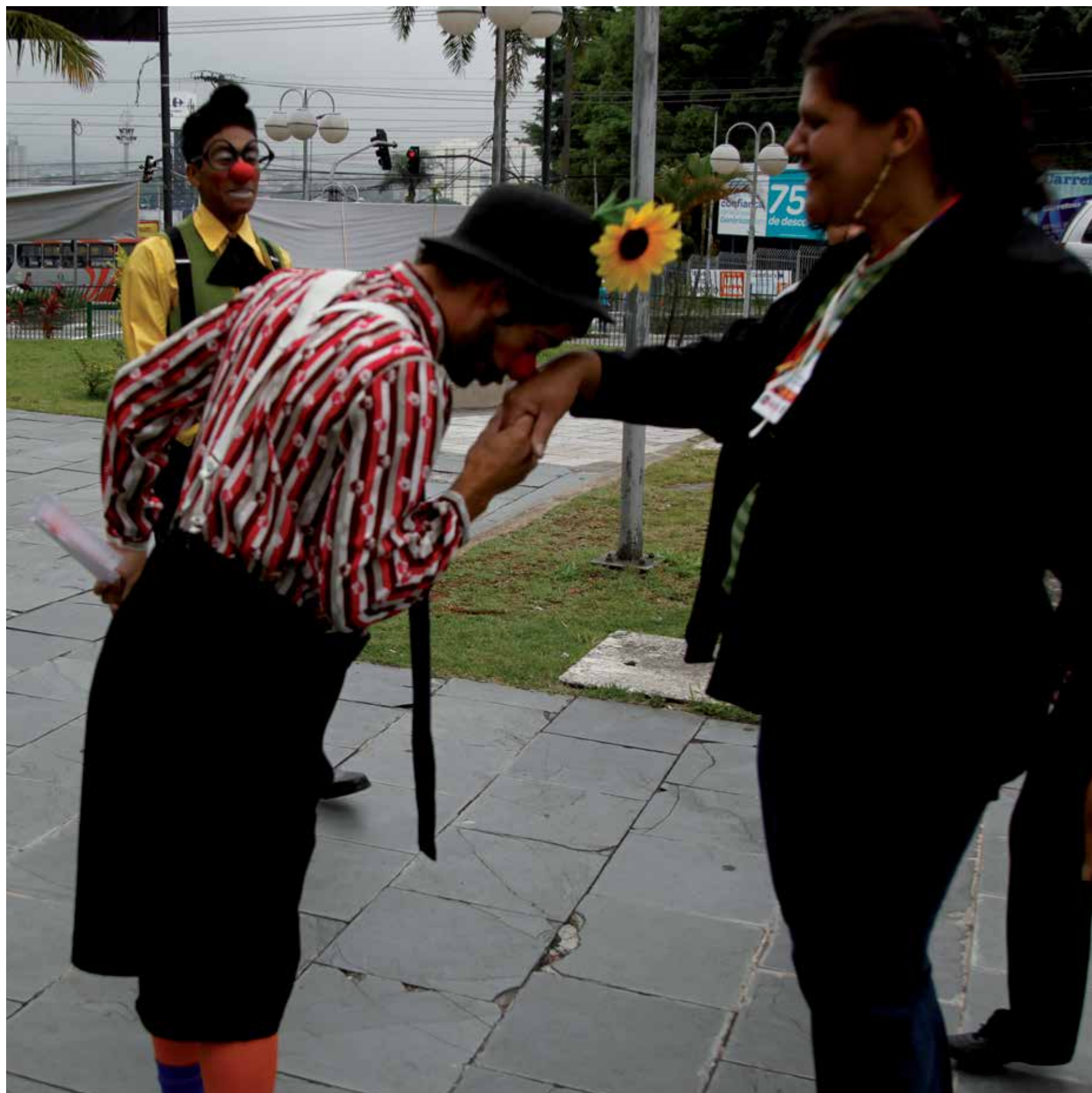
e comercialização para o campo da economia solidária da cultura. Isto na esperança de que possam contribuir para superar positivamente os constrangimentos próprios dos mecanismos da indústria cultural, que exclui grande parte dos empreendimentos aos circuitos existentes de produção e difusão dos bens culturais. Ampliação do apoio às feiras e festivais independentes, abertura de linhas específicas e adequadas nos bancos públicos de fomento para o acesso aos meios de produção culturais, apoio ao fortalecimento de redes de empreendimentos e o apoio à estrutura de cadeias solidárias de setores produtivos culturais são alguns exemplos.

A Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, de certa forma, foi o coroamento deste esforço já desenvolvido de aproximação e articulação destes dois universos históricos. Ao mesmo tempo, suas contribuições apontam para a necessidade de ampliação das ações e da articulação de políticas promotoras da economia e da cultura da solidariedade e cooperação.

A perspectiva é a de superarmos a concepção instrumental da economia e a imagem desinteressada da cultura para construção de uma economia solidária da cultura como base para um novo modelo de desenvolvimento e um novo projeto de futuro.

***Equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SENAES/MTE***





Doutores da Alegria recebendo participantes. Foto: Fabio Correa

# Apresentação

A Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura, realizada em Osasco/SP nos dias 24 e 25 de novembro de 2010, reuniu mais de 500 pessoas vindas das várias regiões do Brasil, entre elas gestores públicos, pesquisadores, estudantes, representantes de pontos de cultura, artistas, organizações de movimentos sociais e trabalhadores da economia solidária.

A Conferência foi realizada pela Prefeitura do Município de Osasco, através da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, pelo Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e pela Rede de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária.

Esta Conferência inseriu-se na estratégia do Governo Federal de ampliar o diálogo social acerca das questões relevantes para a sociedade brasileira, em especial naquelas que se referem ao fortalecimento e descentralização das políticas sociais. Dialoga e articula aspectos das duas conferências nacionais de economia solidária (2006 e 2009) e das conferências nacionais de cultura (2005 e 2009).

Teve como objetivo promover a reflexão e proposição de políticas públicas acerca do desenvolvimento econômico, à luz de práticas da economia criativa e economia solidária, como estratégia e política de desenvolvimento.

Também se buscou, com a realização desta Conferência:

- Avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade à luz de práticas da economia criativa e economia solidária;
- Promover o conhecimento mútuo e a articulação dos poderes públicos, das organizações e sujeitos que constroem a economia solidária;
- Propor estratégias e instrumentos efetivos de políticas públicas no campo da cultura e economia solidária, com participação e controle social.

Esta publicação aborda o contexto, bem como o debate realizado na Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, com o propósito de registrar e compartilhar os seus resultados, memorizar os avanços dos sujeitos sociais envolvidos na temática e para que sejam subsídios efetivos na elaboração de políticas públicas.

**A Comissão Organizadora**



Doutores da Alegria recebendo participantes. Foto: Fabio Correa



Coral Guarani. Foto: Fábio Correia



Integrante do Coral Guarani. Foto: Fábio Correia

# Introdução

A realização da Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura foi idealizada no bojo da II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010), como uma de suas conferências temáticas preparatórias, mas por razões diversas não se viabilizou, ocorrendo posteriormente.

A sua realização foi muito oportuna em face de duas trajetórias recentes que foram se entrecruzando: da economia solidária e da economia da cultura. A seguir recuperam-se, em linhas gerais, estas trajetórias, apenas para contextualizar o momento da realização da Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura.

## A Economia Solidária

No final da década de 1990 aparecia no Brasil a expressão “economia solidária”. Primeiro nos meios acadêmicos para designar um conjunto novo de práticas socioeconômicas impulsionadas pela crise econômica e o desemprego. Novo, não por ser completamente distinto do antes visto, mas porque revestiu de novos sentidos práticas que remetem a uma ancestralidade comunitária ou a inúmeras experiências associativas e cooperativas de produção, circulação e consumo presentes em diferentes momentos da história nacional e de várias partes do mundo.

Os novos sentidos atribuídos às formas associativas e cooperativas impulsionadas pelos trabalhadores a partir de 1990 ressaltam, sobretudo, elementos de contradição com a lógica da economia capitalista que, com seu ímpeto de acumulação privada de riqueza, é incapaz de incluir parcelas significativas da população e de proporcionar vida digna para o conjunto da sociedade. Entre esses elementos destaca-se que são formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão. A solidariedade aparece não apenas como oposição à competição ou como traço de compaixão humana, mas também como compromisso com as lutas coletivas por transformações sociais. A constituição de entrelaçamentos em redes solidárias emerge com o propósito de criar circuitos econômicos entre empreendimentos solidários dentro de uma mesma lógica e com sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Enfim, são alguns dos princípios e vocações identificados nestas iniciativas que lhes conferem singularidade e legitimidade na elaboração de estratégias de desenvolvimento, sobretudo em âmbito local.



Apresentação do Grupo Commune Coletivo Teatral. Local: estacionamento do Clube Floresta. Foto: Robson Bomfim

Não demorou a que a nova expressão – cunhada em um ambiente político que também estava em crise em face das grandes mudanças da geopolítica mundial com o fim da guerra fria e a emergência do ideário neoliberal – ganhasse as ruas e passasse a catalisar em espaços comuns as tais novas práticas socioeconômicas. Essa confluência cria o ambiente para o surgimento de organizações que passam a congregar iniciativas singulares de cooperativas de trabalhadores, associações e grupos produtivos informais. São pioneiras a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores nas Empresas de Autogestão) e a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) que passaram a representar as lutas dos trabalhadores que se organizam para recuperar empresas (sobretudo industriais) em processo falimentar e manter seus postos de trabalho.

Quase simultaneamente, inicia-se o processo que culmina, em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que articula um conjunto diverso de iniciativas então situadas neste campo: as cooperativas e empresas de autogestão, os projetos alternativos comunitários oriundos do trabalho da Cáritas, grupos produtivos e cooperativas populares apoiadas por programas de extensão universitária (Incubadoras) ou por programas públicos de geração de emprego e renda, cooperativas e associações de agricultores familiares ou de assentados da reforma agrária, entre tantas outras que os anais do FBES e outros já registraram para a história. Também confluíram para o Fórum as organizações

sociais que fomentavam ou apoiavam os grupos, associações e cooperativas e os gestores públicos que vinham implantando as primeiras experiências de programas públicos de apoio à economia solidária, e também criavam a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Esses programas, por sua vez, foram impulsionados por governos populares de estados e municípios, como derivações mais ousadas e reformuladas – por apostarem em estratégias coletivas – dos programas de apoio ao auto emprego, muito comuns nos anos 1990, como alternativas ao desemprego.

Ainda é necessário lembrar que na gênese deste campo da economia solidária no Brasil aconteceram medições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Estes possibilitaram a conexão com experiências similares de outras partes do mundo e facilitaram a confluência das iniciativas brasileiras em torno do que se configurou posteriormente como FBES.

A constituição do FBES em 2003 ocorreu num momento político importante de mudança do governo federal. A mesma mobilização que criou o FBES atuou nas negociações para que o novo governo constituísse um órgão que se encarregasse das ações públicas para a economia solidária. Esse órgão veio a ser a Secretaria Nacional

de Economia Solidária (SENAES), ambientada no Ministério do Trabalho e Emprego. Junto com a SENAES foi instaurado o Conselho Nacional de Economia Solidária, como órgão multipartite responsável por debater, propor e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária.

De 2003 para cá a economia solidária já fincou sua bandeira na vida nacional e vem construindo sua história no ritmo das transformações e (des) continuidades da vida política e econômica do país. A sua organização tornou-se bem mais complexa e diversa, como era de se esperar, bem como os desafios que enfrenta e propõem para as políticas públicas. Já conta com duas Conferências Nacionais próprias (2006 e 2010), nas quais afirmou ser uma estratégia e política de desenvolvimento para o país e que os brasileiros, como cidadãos, têm direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, entendido como direito às condições socialmente necessárias de produção – e como dever do Estado.

As conferências de economia solidária foram marcos importantes para a afirmação do dissenso em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Esta afirmação é fundamental para pautar o Estado na sua obrigação de garantir a expressão da diversidade e

dar a esta condições de se reproduzir. E elaboraram propostas bastante abrangentes para a formulação e gestão de políticas públicas nesta área, que incorporam inclusive a temática da cultura:

“(…) No campo da cultura, é preciso propiciar maior acesso às informações ligadas à economia da cultura, estimulando a criação e consolidação de empreendimentos solidários culturais, implantando políticas públicas nos segmentos setoriais: artesanato, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, culturas dos povos tradicionais, cultura dos povos ribeirinhos, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, música, literatura, arte digital, design, museu, patrimônio material. É necessário também ampliar o investimento público para valorização, reconhecimento e fomento da cultura popular e dos povos tradicionais, contribuindo para um movimento de contracultura ao consumismo e a outros valores capitalistas. No apoio aos empreendimentos solidários, deve haver um estímulo financeiro para que incluam em seus planejamentos o esporte, cultura, lazer, intercâmbio cultural e uso dos conhecimentos tradicionais.” (Documento Final da II CONAES, p. 36)

A articulação entre a economia solidária e a cultura aconteceu naturalmente, já que ambas expressam dimensões de um mesmo processo social de emancipação e desenvolvimento sustentável. Foi reforçada, sem dúvida, por políticas públicas desenvolvidas por governos das várias esferas da federação, impulsionadas também pelos Ministérios do Trabalho e da Cultura nos últimos 8 anos.

## A Política de Cultura e a Economia Criativa

A pujança cultural brasileira, sobretudo no que ela tem de diversidade e de vivacidade criativa, de movimentos culturais diversos e atuantes, só recentemente recebeu a atenção devida pelo Estado. O Ministério da Cultura (MinC) somente foi criado em 15 de março de 1985 e, ainda assim, apenas a partir de 2003 é que abrem-se janelas para a construção do Plano Nacional de Cultura, que finalmente mudou radicalmente a visão institucionalizada sobre a cultura e as políticas públicas para a área.

A subordinação do popular em face do erudito, a crença de que a regulação e financiamento pela lógica do mercado ou da iniciativa privada conseguiria democratizar o acesso aos bens culturais e aos meios para produzi-los, entre outros aspectos da visão que orientava as políticas até então, foram destronados ao longo do debate que consolidou o Plano Nacional de Cultura (PNC).

Mais do que contemplar distintas linguagens artísticas em suas metas e de redirecionar os recursos de maneira mais adequada ao Estado Federativo, o Plano Nacional de Cultura conseguiu integrar



Apresentação de Maria da Paixão. Local: Teatro Municipal de Osasco. Foto: Robson Bomfim.

e transcender a vasta realidade e organizar-se a partir de dimensões transversais: a simbólica, a cidadã e a econômica. Na dimensão simbólica, afirmou uma abordagem antropológica da cultura e “se propõe a *cultivar* as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas nos modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades”<sup>1</sup>, assumindo um compromisso das políticas públicas de fomentar a diversidade e valorizar a riqueza simbólica do povo brasileiro, inclusive como elemento importante de coesão e enlace social.

Na dimensão cidadã, o Plano Nacional de Cultura aborda o direito universal à cultura por parte dos cidadãos e cidadãs e a obrigação do Estado de assegurá-lo. O plano se propõe ao “estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais”<sup>2</sup>.

Por fim, com relação à dimensão econômica da cultura, o reconhecimento desta como “lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira, se apresenta como parte constitutiva do novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável”<sup>3</sup>. E propõe-se a regular as economias da cultura evitando monopólios e impactos negativos à sociedade ou ao meio ambiente: “fomentar a sustentabilidade de fluxos de produção adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda”<sup>4</sup>.



Apresentação Zazá Bonecos. Local: Clube Floresta. Foto: Robson Bomfim

<sup>1</sup>“Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”, Brasília 2007, p. 12. Em: [www.cultura.gov.br/pnc](http://www.cultura.gov.br/pnc)  
<sup>2</sup>Idem. <sup>3</sup>Idem. <sup>4</sup>Idem.



Apresentação do Grupo Commune Coletivo Teatral. Local: estacionamento do Clube Floresta. Foto: Robson Bomfim

A cultura na sua dimensão econômica adquiriu uma grande importância nas estratégias de desenvolvimento dos países do hemisfério Norte, principalmente a partir da década de 1990 do século XX. Ao pautar a produção e circulação de bens simbólicos na macrodinâmica de suas economias, países como a Austrália e a Inglaterra, cunharam o conceito economia criativa a fim de atualizar a concepção até então predominante de indústria cultural. Este novo conceito procurou incorporar, além das indústrias criativas (indústrias fonográfica, cinematográfica, editorial, internet, entretenimento e videogame) e sua produção em grande escala, processos de criação e distribuição que se dão em circuitos locais e/ou em escala restrita, como são o artesanato, design, arquitetura, arte de povos tradicionais, circuito de espetáculos, etc.

Trata-se de um conceito cujo foco é mais o processo criativo e menos seu desdobramento industrial. A Apple, por exemplo, cria seu tablet – o Ipad, ganha com o desenvolvimento da tecnologia e entrega para a indústria reproduzi-lo. A ela cabe o intangível. Por essa razão, para alguns, a ideia de economia criativa não deve contemplar processos de produção em larga escala, pois estes, como qualquer atividade industrial, dependem de matérias primas, cuja oferta pode ser limitada, como plástico que tem sua origem no petróleo ou o papel, cuja fonte é vegetal. Ou seja, economia criativa seria, portanto, tudo aquilo que é produzido tendo como base a criatividade humana, que é um bem ilimitado.

Economia criativa é, portanto, um conceito em disputa e faz muito sentido que o movimento de economia solidária tencione

no sentido de enfatizar sua dimensão colaborativa, associativa e comunitária. Uma rendeira do Ceará pode se articular com um designer dos EUA e desenvolver uma roupa para ser distribuída em grande escala. Não por acaso, esse conceito surgiu na esteira da expansão da internet e as ilimitadas possibilidades comunicativas a ela inerentes. A questão é a valorização da criação intelectual, autonomia e controle da disseminação do produto criativo. De acordo com John Howkins, autor inglês a quem se atribui a formulação do conceito de economia criativa, as “diversas atividades que compõem a economia criativa têm uma coisa em comum: resultam sempre de indivíduos que exercitam sua imaginação e exploram seu valor econômico, ou seja, em comum estes setores possuem a característica de gerar direitos de propriedade intelectual”<sup>5</sup>.

## A Economia Solidária da Cultura

O conceito de economia criativa vem sendo adotado no Brasil desde o início da primeira década deste século e adquiriu relevância por meio do Ministério da Cultura, sobretudo nas gestões entre 2003 e 2010. Com uma visão antropológica da cultura, os gestores valorizavam os fluxos materiais, afetivos e simbólicos a partir do estímulo a um ponto nevrálgico, daí a ideia do do-in antropológico que se materializou com os Pontos de Cultura. Estes, em dezembro de 2010, passavam de 3 mil por todo o Brasil. O ambiente da rede de Pontos de Cultura foi um grande estimulador da disseminação da ideia de economia criativa e essa identificação acabou moldando a compreensão, por parte da política pública, do conceito no Brasil.

Entretanto, o conceito de economia criativa não é um consenso entre os diferentes agentes e movimentos sociais da cultura. Ainda está em discussão e muitas são as tensões. Por isto, o tema desta Conferência centrou-se na discussão da economia solidária da cultura, afirmando um campo social importante que disputa uma visão na discussão da institucionalização e definição de políticas públicas.

A Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura foi mais um passo significativo na elaboração, pelos sujeitos sociais envolvidos, de propostas e estratégias de desenvolvimento que acumulam na elaboração de novos paradigmas, novas oportunidades para a construção de um país sem miséria, com vida digna e liberdade criadora para seus cidadãos e cidadãs, dimensões nada desprezíveis para a emancipação e realização humana.

<sup>5</sup>Citado por Olivieri Cristiane e Natale, Edson, in Guia Brasileiro de Produção Cultural – 2010- 2011, pag. 41, Edições SESC SP, São Paulo, 2010



Apresentação de Samba de Roda. Local: Clube Floresta. Foto: Robson Bomfim.





Teatro Municipal. Foto: Robson Bomfim.

# A Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura

## Solenidade de Abertura

A solenidade aconteceu no Teatro Municipal de Osasco e contou com a presença de representantes de todas as instituições e entidades realizadoras da Conferência e do Prefeito de Osasco. A seguir, destaques da solenidade.

### **José Carlos Gadelha**, representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

“E estar aqui, realizando essa conferência, é muito importante porque reafirma essa questão de que outra economia é possível, outra economia acontece. E nós estamos hoje realizando essa primeira conferência e juntando essa discussão de cultura e economia solidária. (...) E eu tenho certeza que nós vamos sair daqui muito mais fortalecidos nessa articulação (...). Essa economia da cultura que acontece, e que muitas vezes não é reconhecida, não é vista e não é valorizada. E nós temos a condição de sair daqui com diretrizes importantes para esse fortalecimento.”

“*Nós, da Rede de Gestores, temos a compreensão de que a adoção da política da economia solidária como uma política de desenvolvimento tem um grande papel nesse País, de contribuir com essa missão do governo, que é a missão de todos nós, de erradicação de pobreza nesse País da miséria absoluta.*”

### **Diogo Ferreira**, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

“A economia solidária é importante fator da emancipação humana e da consciência política para atingir o grau (...) de emancipação e de saída coletiva através da autogestão. E isso é muito importante que a produção de material da economia solidária, essa produção de consciência da cultura e da contracultura, na verdade, ela é tão importante quanto a produção de material que é geradora de renda.”

“Temos que pensar na cultura e na economia solidária como uma radicalização da democracia (...) é o trabalhador assumir os meios de produção, tendo direito à voz e voto por igual, a participação por igual. Então a gente não pode pensar em outra cultura que não seja através dessa radicalização dessa democracia.”

“*Temos que promover relações cada vez mais horizontais para a gente pensar em saltos qualitativos para outra sociedade.*”

“E também é importante que a gente comece a quebrar esses mitos dos direitos autorais, das patentes. (...) A gente gera conhecimento através do conhecimento alheio (...), quando o conhecimento está podado de crescer isso é um prejuízo para a sociedade. Então, temos que começar a questionar esse modelo de patentes e de direitos autorais que está imposto (...) então vamos começar a construir essa contracultura, a apoiar os conhecimentos livres e construir tecnologias livres compartilhá-las, porque é assim que vamos crescer uns com os outros. (...) E só a gente se organizar um pouco mais para achar essas saídas de forma conjunta.”

## **Maria Helena Ferrari, secretária de Cultura do Município de Osasco**

“A economia da cultura é uma das que mais cresce no mundo, então é muito pertinente ela ser pensada. Como ela vai crescer? Será que é só dessa forma industrial, capitalista, ou, ela pode ter outras alternativas? (...) A produção cultural do Brasil se dirige apenas a dez por cento da população, os mais ricos, os mais escolarizados, é que chegam até ela. Então tem muitas questões na cultura, para serem repensados e levadas adiante de uma forma mais justa, com mais democracia, mais acesso.”

## **Dulce Helena Cazzuni, secretária do Desenvolvimento do Trabalho e Inclusão do Município de Osasco**

“Vivemos um momento no qual o País cresce, gera riquezas, nós distribuimos essa riqueza, e a população passa a consumir não só alimentação, vestuário e carro, mas também cultura. Nós temos reconhecimento internacional, nós passamos a ter orgulho de ser brasileiro e de fazer parte dessa construção. E nesse momento é preciso pensar o que é que nós precisamos para desenvolver algumas áreas que ainda estão muito além daquilo que é necessário.”

“(…) O segmento da cultura é um segmento que gera muita ocupação e muita renda. É um segmento que precisa ser tratado como um grande gerador de oportunidades. (...) Não estamos dizendo aqui que nós queremos que o investimento da cultura seja feita todo através de economia solidária.

*“Queremos sim que a economia solidária seja uma âncora na geração de ocupação e renda do segmento da cultura.”*

“O problema da cultura não é apenas um problema do secretário municipal, ou estadual, ou do Ministério da Cultura. É preciso que o Ministério das Cidades, que pensa a política pública de habitação, tenha clareza de que é preciso pensar sim na geração de ocupação e renda e a sustentabilidade daquela nova casa, através sim do segmento de economia solidária e cultura.”

*“Eu acredito que todos nós juntos podemos fazer a diferença (...). Vamos construir e vamos fazer a diferença.”*

## **Ricardo Amorim, representando Márcia Lopes, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.**

“O crescimento econômico que estamos vivendo não vai parar, (...) e vai alcançar o país todo.”

*“Se nós fizermos da economia solidária uma grande ferramenta para poder nessas regiões que vão receber grandes investimentos, gerar emprego e renda, principalmente para a população local e imigrante pobre que vai chegar, nós podemos ao final desse (...) ter um processo de desenvolvimento.”*

“Se nós conseguimos juntar a economia solidária nesses fóruns de produção para essas cadeias produtivas que virão, (...), virão com bilhões de reais de uma vez só para o Brasil, nos próximos anos, a gente terá um país no final desses anos, muito diferente, um país mais desenvolvido, mais igualitário, mais solidário, enfim, tudo o que a gente sonha, ou a gente pode ter repetição de um tipo de desenvolvimento que nós vivemos a nossa história, crescimento rápido, acelerado, mas concentrado(...) Os investimentos chegarão, desorganizarão territórios, e a gente pode atuar de maneira a usá-los para o nosso bem, como oportunidade de transformação do País”.

## **Fábio Sanches, representando Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego e Paul Singer, secretário Nacional da Economia Solidária**

“A própria economia solidária, do ponto de vista das políticas de economia solidária, não se reduz apenas a uma estratégia de gera-

ção de trabalho e renda, mas é uma estratégia de (...) acúmulo do conhecimento humano, e portanto, é uma estratégia de transformação cultural.”

*“Ela tem esse caráter de transformar as relações humanas, de não apenas produzir bens materiais, mas produzir, relações e formas diferenciadas de relações simbólicas entre as pessoas.”*

“Então é uma nova forma de fazer cultura, por que é uma forma de estabelecer relações entre pessoas diferentes, porque ela propõe outra maneira de organizar o trabalho, o trabalho associado, outra maneira de pensar em produção, produção sustentável, uma outra maneira de pensar o consumo, o consumo responsável, portanto uma outra maneira de organizar a atividade econômica.”

“É importante destacar que (...) a economia solidária e a economia solidária da cultura avançaram muito nesses últimos anos, as políticas públicas vem avançando significativamente (...) e felizmente a sociedade está andando muito mais rápido do que o Estado. (...) O avanço da política pública foi significativo nesses oito anos, tanto no âmbito federal quanto nos âmbitos municipais e estaduais (...), mas ainda precisamos caminhar bastante. (...) Entendendo que essas políticas de economia solidária e de economia da cultura não podem apenas ser uma política de governo, mas tem que ser uma política de Estado entendidas como direito de todos aqueles e aquelas que fazem economia solidária e economia solidária da cultura no Brasil, como um direito para continuarem transformando a sociedade, fazendo essa transformação cultural que tanto necessitamos.”

## **Emidio de Souza, Prefeito de Osasco**

“É motivo de orgulho para nós Osasco ter sido escolhida para sediar essa questão, não porque nós temos pretensão de ensinar nada para ninguém, mas por que nós temos experimentado políticas que o tempo todo tem sido inovadoras, e tem sido “farol” para muita gente.” Ou as secretarias, os ministérios, as diversas áreas trabalham conjuntamente, ou, nós vamos ver uma repetição daquilo que sempre aconteceu no Brasil, e eu acho que felizmente nós começamos a enxergar isso, aqui em Osasco isso é uma das coisas que perseguimos.”

“ Nós precisamos ter a humildade de saber trocar experiência e aprender com os outros. (...) Osasco é uma cidade que foi em fren-

te, não teve medo de enfrentar o desconhecido, não teve medo de inovar. Eu acho que essa é razão de nós termos tido sucesso em várias áreas.”

“O primeiro desafio que eu penso que é preciso romper, é preciso ter coragem de enfrentar para romper com esse ciclo de crescimento econômico sem superação da miséria.”

“Então eu acho que isso é um desafio, que não devemos deixar passar em branco. E devemos ser ousados sempre.”

“A cultura, (...) é uma atividade (...) que também não pode ser vista apenas como um problema da secretaria de cultura, e principalmente se a gente quer fazer economia solidária florescer dentro da área cultural, e se a gente quer que isso dinamize cada vez mais a atividade cultural, e as pessoas terem mais acesso aos bens culturais, nós precisamos fazer uma coisa que é importante, não adianta apenas pensar que apenas a cultura vai ser para consumo, (...) eu acho que precisamos quebrar isso, (...) que é uma realidade no Brasil todo.”

“Muita gente que faz cultura no Brasil, muitos agentes culturais, não sobrevivem da cultura, não conseguem sobreviver da sua atividade cultural, ela é obrigada a fazer outro tipo de atividade profissional para poder sobreviver (...)”

“A possibilidade que se abre agora (...) é fazer com que a economia solidária seja uma porta para que as pessoas também possam viver da cultura e dinamizar as atividades culturais. O Ministério da Cultura, do Trabalho e do Desenvolvimento, da Economia, da Fazenda, todo mundo tem que ter isso muito presente, tem que ter essa ideia de reforçar a economia solidária.”

“A Câmara Municipal de Osasco acabou de aprovar uma nova lei que (...) cria o fundo municipal de (...) inclusão produtiva na nossa cidade. (...) A presidenta Dilma, veio em Osasco, no seu segundo turno (...), e foi visitar a nossa “Oficina Escola” (...). E ela me disse que foi “uma das coisas mais extraordinárias que conheceu durante essa campanha”, o que significa que ela tem sensibilidade com a questão da economia solidária, que ela não vai fechar os olhos para isso.”

“Todos os projetos que temos feito, temos buscado criar um espaço onde as pessoas vão poder fazer cultura, onde vão poder fazer economia solidária, onde vão poder fazer outros tipos de atividades.”

“Incomoda-me ver artista tendo que viver de outra coisa, por que não consegue sobreviver da arte (...). A primeira preocupação que temos que ter é que as pessoas que amam cultura, que produzem cultura nas mais variadas formas, possam viver de cultura com dignidade, a atividade cultural de dinamizar, a economia se dinamizar.” Emidio de Souza, Prefeito de Osasco.



Samba de Roda. Local: Clube Floresta. Foto: Robson Bomfim

# Os debates da conferência

A Conferência contou com três espaços de debates: painéis temáticos, miniconferências e plenária final, na qual se aprovou a Carta de Osasco. Além dos debates, a conferência foi um momento de muita transcendência e confraternização por meio de apresentações e intervenções artísticas de grupos, companhia e empreendimentos solidários de cultura.

## Painéis Temáticos

Os painéis temáticos tiveram por objetivo contextualizar o tema da conferência e a discussão acerca das políticas públicas para a economia solidária da cultura. Resgatamos aqui trechos das falas dos painelistas.

### Painel 1 - “Economia Solidária da Cultura: Histórico e Experiências”

**Ney Piacentini** - Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro, uma cooperativa de cultura, com mais de 30 anos de existência no País, destacou as melhorias a serem feitas no fomento à cultura pelo Ministério responsável e pelas cooperativas.

“A gente vê que uma cooperativa de cultura é uma forma de organizar, de produzir e de contribuir social, política, econômica e culturalmente com o País. (...) Uma cooperativa além de ajudar nos aspectos administrativos, contábeis e jurídicos, pode potencializar esteticamente a atividade artística, eticamente a atividade artística e politicamente essa mesma atividade. (...) Uma cooperativa pode auxiliar no aprimoramento artístico, por exemplo, como oficinas, fóruns e cursos, para a qualificação da produção artística e a consequente melhoria do convívio social. (...) Ela pode organizar os trabalhadores da cultura para que esses proponham políticas públicas que venham ao encontro das reais necessidades da população”.

“Uma cooperativa gera renda e postos de trabalho, (...) mas a nossa preocupação é a cidadania, com a participação política e com a ampliação do nosso processo democrático.

**“***Nós não pregamos que o cooperativismo cultural é o único e nem o melhor modo da cultura se organizar no País. Dizemos sim, que é possível que os artistas, como nós da Cooperativa de Teatro, se organizem por conta própria, naturalmente com o suporte de outras áreas”.*

“Uma conquista importante que partiu do nosso setor, em escala nacional, é o fato de termos colocado uma Emenda que prevê que 40% do orçamento do Ministério da Cultura se dirija aos Fundos Setoriais, (...) que abrange toda a produção cultural brasileira, seja ela artística, ou, em escala de debate conceitual. (...) A cultura é um direito e ela pode ser acessível.”

**Carol Tokuyo** - Representante do Circuito Fora do Eixo, uma rede que se iniciou através da parceria entre produtores das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), que queriam estimular a circulação de bandas, o intercâmbio de tecnologia de produção e o escoamento desses produtos. Carol ressaltou a importância do trabalho de autogestão e também de alternativas de moedas sociais na valorização do trabalho humano.

“O Circuito Fora do Eixo é uma rede nacional de coletivos culturais que trabalha com cultura e comunicação, essa cultura é uma cultura independente e a comunicação é uma comunicação livre. (...) Hoje é uma rede que consegue alcançar 26 estados do País, (...) que vem desde 2005 ampliando a atuação.”

“Nós aprendemos a viver de cultura, não usar a cultura como hobby, (...) mas sim como uma profissão alcançando a sustentabilidade. Fazendo as pessoas viverem da cultura, e tirar seu próprio “Hoje existem 65 coletivos no País.

**“***Nós sistematizamos as nossas parcerias, e hoje nós temos (...) vários serviços que conseguimos integrar no nosso sistema de crédito, com uma moeda chamada “marciano” e o Cubo Card, onde as pessoas podem se alimentar, cortar o cabelo e enfim, contratando um serviço do coletivo, por meio de trocas entre os coletivos.”*

Nós estamos conseguindo a sustentabilidade dos coletivos locais. Iniciativas como o Cubo Card, de Cuiabá, ou os festivais que se proliferam em toda a rede mostram ser possível produzir em escala auto sustentável, pautando-se sobretudo, no contato direto com produtores de outros estados, através de uma rede de informações e sob uma lógica da união de pequenos em prol de grandes ações.”

**Marly Cuesta** - Representante do Fórum dos Pontos de Cultura. Sua atuação foi impulso para a organização da economia solidária nas comunidades, através de uma associação de mulheres, em Porto Alegre.

“As comunidades estão cansadas de projetos que se iniciam, e que antes mesmo de terminarem, viram as costas para elas. O nosso trabalho (...) que eu chamo de “Braço Social da Associação”, se transformou (...) no 1º ponto de cultura voluntário, reconhecido pelo MEC, (...), nós não imaginávamos que o nosso trabalho realizado nas comunidades, era um ponto de cultura. (...) O ponto de cultura é onde existe o pulsar de uma arte.”

“O Prêmio Tuxáua 2010, foi o primeiro projeto que eu tomei coragem. Eu consegui aprovar o projeto “Cultura e Economia Solidária pela Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”, pelo reconhecimento (...) do meu trabalho, de mobilização e articulação, trabalho que eu comecei também como titular do GT de Economia Solidária da Cultura.”

“O artesanato, a gente começou a trabalhar logo no início dentro das comunidades, (...) eu vi que a nossa visão de sustentabilidade ambiental, (...) era a gente levar para as comunidades a nossa preocupação com o meio ambiente, (...) e reaproveitar tudo que pudesse aumentar a renda. (...) Hoje nós fazemos bolsas, bonecas (...) e infinitas coisas (...), reaproveitando os materiais, e levamos a conscientização aos fabricantes e indústrias que nos entregam esses materiais que não são aproveitados na produção.”

“Através dos nossos trabalhos, nós começamos a participar das feiras, (...) no Fórum Social Mundial, nós fomos os primeiros a trabalhar na questão da economia solidária, em Porto Alegre, dentro dos fóruns e nas organizações dos grupos de trabalhos produtivos”.

“A troca é um resgate de saber dos nossos ancestrais, (...) e nós devemos valorizar isso, então a partir disso, nós começamos as oficinas de alimentação. (...) E a partir dessas oficinas (...) nós formamos grupos de trabalhos, (...) e levamos para feiras e eventos, como por exemplo, na FETAG do RS, nós fomos com uma cozinha para dentro do pavilhão, (...) e vendemos tudo, todo nosso trabalho foi transformado em renda para as mulheres daquela comunidade.”

“Nós continuamos lutando, através da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura por políticas públicas, (...) que venham realmente

valorizar as pessoas através dos seus saberes.(...) Nós lutamos pela sustentabilidade da produção, os produtos artesanais, tem que ser 100% artesanal. Nós temos que ter políticas pública que valorizem os nossos trabalhos, esses saberes, e que as pessoas vejam que o seu trabalho está sendo valorizado. (...) No GT de Economia Solidária, (...) em 2007 nós tivemos a aprovação da criação de centro de referência da economia solidária da cultura.”

*Após as falas dos representantes foi iniciado um debate com os participantes que estavam na conferência.*

**Maurício Sardá**, da Secretaria Nacional da Economia Solidária

### 2º Painel - Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária da Cultura

(SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego. Fez uma apresentação sobre a política pública de economia solidária e falou da melhoria e aumento de investimentos na área da cultura e da importância do diálogo com a sociedade, entre outros.

“A luta de muitos movimentos sociais, luta no campo da cultura, lutas do movimento sem-terra, da agricultura familiar e etc, (...) se caracteriza como um conjunto de ações que foram se traduzindo em políticas públicas e que também convergiram para esse campo de prática da origem da economia solidária. (...) O trabalho coletivo, a propriedade coletiva dos meios de produção isso é importantíssimo, as formas da economia solidária, reconhecidas nesse campo, pressupõe a propriedade coletiva dos meios de produção.”

**“***Se a cultura nasce do trabalho, o trabalho associado projeta, define, incorpora e estabelece um novo campo cultural.”*

O governo Lula conseguiu projetar esse campo econômico, social, político e cultural, conseguiu avançar no reconhecimento desses atores, (...) como atores de direito, e conseguiu avançar na articulação de outras políticas públicas que começaram a se organizar de forma coletiva e solidária, (...) como, por exemplo, as finanças solidárias, as moedas sociais e bancos comunitários. (...) Avançamos com 11 universidades realizando programas de economia solidária, a criação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas e Cooperativas Populares, isso é um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento do acesso dos trabalhadores da economia solidária ao conhecimento.”

*“Para nós, o movimento da economia solidária é um movimento social, econômico, político e cultural, com ênfase no cunho cultural de pensar uma nova forma de trabalho.”*

“Isso vai projetar um novo movimento social entre as pessoas. (...) A economia solidária é uma nova relação social entre as pessoas, não mercantilizada, (...) onde a propriedade de bens de produção é coletiva, (...) daí a importância dos pontos de cultura, que fornece as comunidades os meios de produção cultural. (...) A economia solidária é um movimento de emancipação do trabalho e da cultura no mundo capitalista que a gente vive.”

**Rosa Coimbra**, professora e representante do Colegiado Setorial de Dança. A coreógrafa criticou a elaboração de editais de difícil entendimento por parte do poder público. Disse que cabe ao governo disponibilizar espaços físicos e criar assessorias e cooperativas que ajudem as pessoas a se organizarem adequadamente, fazer mapeamento e diagnóstico na área da cultura, e oferecer acesso irrestrito à informação, à cultura e à formação de cidadãos por meio da arte.

“Eu quero provocar a reflexão de alguns pontos que eu julgo ser necessários para que (...) como sociedade a gente possa estar sempre caminhando, e buscando cobrar de quem nós temos que cobrar. (...) Então que quero colocar aqui alguns pontos (...) que poderiam contribuir como ações de fomento de políticas culturais. (...) O que o poder público pode fazer, e o que é dever (...) deles fazer? (...) Como, por exemplo, palestras e reuniões para que incentive a ideia dessa cooperação, (...) disponibilizar espaço físico, onde possam ser oferecidas oficinas, cursos, videotecas (...) mapeamento e diagnóstico (...) na área da cultura.”

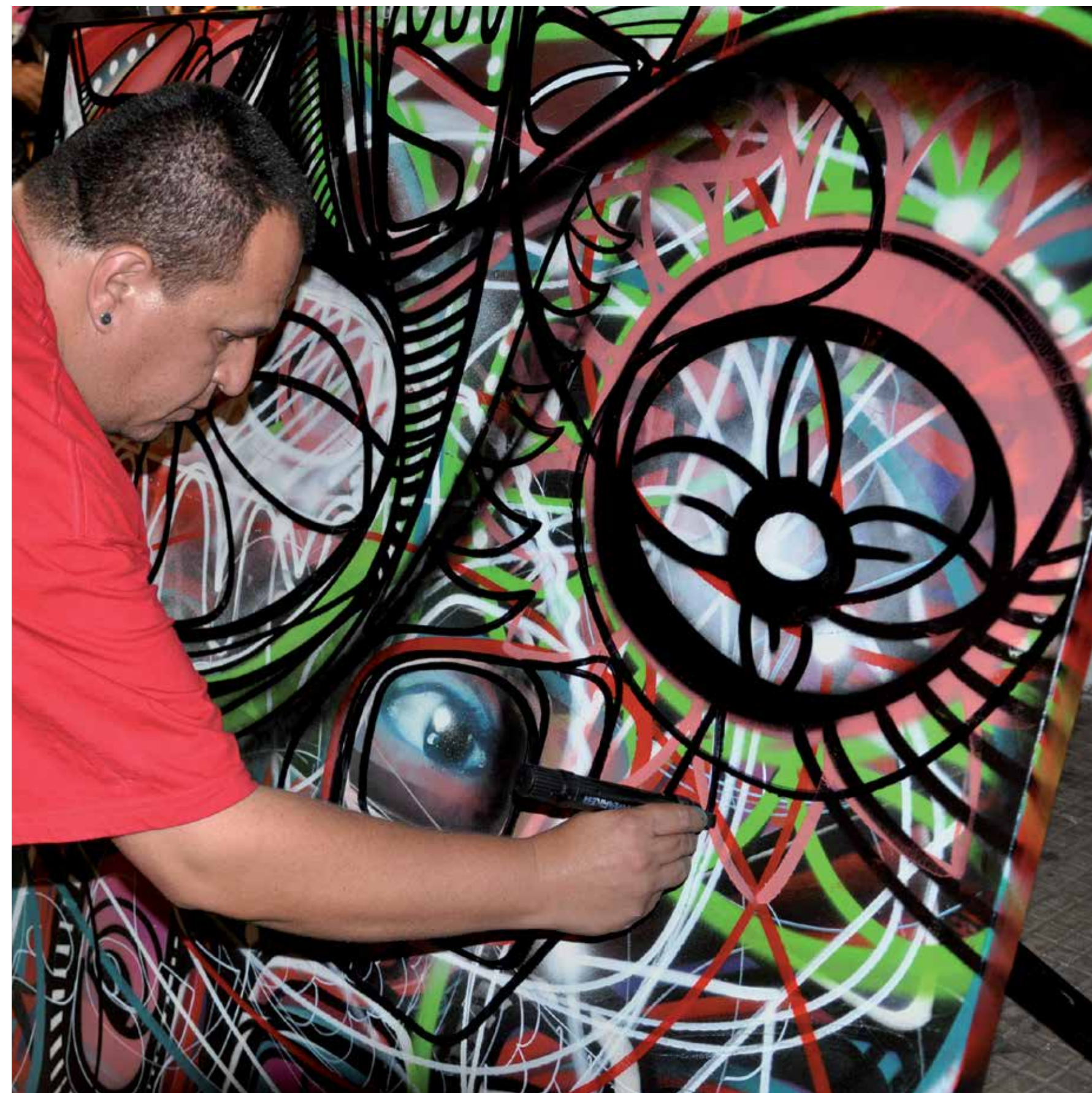
“Tem gente que não concorre a vagas ou não sabe quais documentos entregar pela complexidade de um documento. Isso precisa acabar.”

*“É preciso que os textos de editais e licitações deixem de ser dicionarescos e atendam às necessidades de ambos os interessados.”*

“ Em 2008, nós conseguimos passar uma lei onde vincula 0,3% da Receita Líquida do Distrito Federal, é obrigatoriamente encaminhada ao Fundo de Apoio à Cultura. (...) Isso foi uma avanço, (...) que além de uma vontade política, teve a participação ativa da

sociedade, das associações, das cooperativas e dos artistas. (...) É importante que (...) o governo e o poder público facilitar o acesso (...) territorial, é importante que essa arte, esse produto chegue a todos os lugares. (...) E uma das coisas que mais me preocupa é a formação, (...) através da arte e da cultura, (...) e é nisso que eu acho que as cooperativas são importantes para o governo na questão de contribuir para o ensino.

*Após as falas dos representantes foi iniciado um debate com os participantes que estavam na conferência.*



Dingos - Grafite. Local: Viaduto Metálico. Foto: Robson Bomfim

# Miniconferências

Foram realizadas sete miniconferências temáticas que procuraram abordar os vários aspectos relacionados à Conferência. O conteúdo do documento final da Conferência, sistematizado na Carta de Osasco, foi todo elaborado pelas miniconferências. A seguir, uma sinopse de cada miniconferência.

## Políticas Públicas



Foto: Fabio Correa

Uma conferência realizada por convocação do governo está necessariamente direcionada a colocar em discussão e recolher recomendações da sociedade para as políticas públicas. Dessa forma todas as miniconferências tiveram este foco. Esta miniconferência discutiu, em particular, aspectos relacionados à institucionalidade da política pública de economia solidária da cultura, sua forma de operação em particular.

## Etno-desenvolvimento

Esta miniconferência abordou um tema crucial para a cultura, sobretudo num país como o Brasil formado pela presença de diferentes povos. Respeitar, valorizar e garantir as condições para o desenvolvimento das distintas culturas presentes no território é um dos propósitos do plano nacional de cultura. Desta forma, neste espaço, discutiram-se as demandas que os grupos dos diferentes povos que estão organizados no âmbito da economia solidária colocam para as políticas públicas.

## Propriedade Intelectual e Direitos Autorais



Foto: Fabio Correa

Nesta miniconferência foi discutida a maneira como os direitos autorais têm impactado na cadeia produtiva da produção cultural e que caminhos podem ser apontados para adequar esses direitos autorais a nova realidade, na qual a produção cultural tem se digitalizado. Foram apontados caminhos como: apoiar reformas e as leis dos direitos autorais, aumentando acesso aos bens culturais, apoiar e fomentar o desenvolvimento de novos modelos de negócio e também difundir o conhecimento sobre os direitos autorais e o papel que os direitos autorais têm na produção de diferentes tipos de cultura.

## Cultura Digital e Comunicação



Foto: Fabio Correa

Na era da comunicação digital e das redes sociais, o direito de estar conectado é parte dos direitos sociais e de cidadania. A economia criativa deslançou em tempos de internet, pois viabilizou a troca, o compartilhamento, a inovação para grupos, redes e coletivos distribuídos nos mais distintos locais, inclusive naqueles de maior precariedade. Esta miniconferência discutiu os desafios e as necessidades, da infraestrutura para acesso à regulação pública, que torne a comunicação digital mais acessível à sociedade como um todo, pois é um elemento fundamental para a sustentabilidade da economia solidária da cultura.

## Organização do Trabalhador da Arte e Incubação de Empreendimentos de Cultura

Nesta miniconferência o debate foi dedicado a pensar os desafios e demandas dos trabalhadores da arte, da economia da cultura, da economia criativa, a partir das suas formas de organização do trabalho criativo, das formas como se relacionam com os contratantes dos seus trabalhos culturais e da maneira como chegam ou pretendem chegar ao seu público.

As discussões e propostas versaram sobre a remuneração do artista, as suas condições de trabalho, as necessidades de apoio para organizar um coletivo, um empreendimento, uma cooperativa, enfim, sobre aspectos que podem tornar mais digno e sustentável o processo criativo e o sustento dos trabalhadores da cultura.

## Finanças Solidárias, Redes e Comercialização



Foto: Fabio Correa

Além de produzir cultura, os trabalhadores e grupos de cultura buscam o espaço econômico de circulação e consumo da sua arte, pois almejam viver do trabalho artístico. A produção cultural, assim como a produção em geral, requer diferentes insumos, inclusive o financeiro. No âmbito da economia solidária já existem inúmeras experiências de finanças solidárias, que buscam criar um ambiente solidário também neste elo da cadeia produtiva, neste enlace da rede que busca criar uma cultura diferente. Muitas são também as experiências de construção de redes e encadeamentos produtivos com o propósito de criar circuitos próprios da economia solidária, permitindo maior sustentabilidade dos empreendimentos. Desta forma, esta miniconferência dedicou-se a identificar os desafios e as demandas que devem ser direcionadas às políticas públicas nesta temática.

## Redes e Coletivos



Foto: Fabio Correa

Na sociedade contemporânea proliferam ações coletivas e redes sociais das mais diferentes naturezas. Redes e coletivos são formas de organização da chamada sociedade civil e tem grande vocação para articular ações que transcendem e integram múltiplas escalas territoriais e podem gerar novas esferas públicas de participação cidadã na elaboração das políticas públicas. Esta miniconferência procurou criar um espaço para que redes e coletivos do campo da economia solidária da cultura elaborassem suas demandas para as políticas públicas.

Refletiram sobre temáticas diversas, tendo como destaque o chamado para que o Estado, por meio dos governos, revise permanentemente suas políticas ajustando-as às necessidades diversas das comunidades, procurando fazer interface entre o geral e o específico, entre o comum é o diverso, entre o modus operandi do Estado e as dinâmicas das comunidades.



Integração entre os participantes. Local: UNIFEO. Foto: Robson Bomfim



Intervenção dos participantes. Local: Teatro Municipal. Foto: Robson Bomfim.

## Carta de Osasco

A I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2010, em Osasco / SP, contou com a participação de mais de 500 pessoas, vindas das várias regiões do país. Representantes de grupos, redes, coletivos, empreendimentos da economia solidária da cultura, gestores públicos, organizações da sociedade civil, pesquisadores, estudantes, entre outros, reuniram-se para debater e propor ações e políticas públicas que possam garantir o direito ao trabalho associado na área da cultura, bem como o direito às condições de desenvolvimento das diversas manifestações culturais presentes hoje neste campo.

A Conferência foi realizada pela Prefeitura do Município de Osasco, através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, pelo Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e pela Rede de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária.

Após dois dias de intensos debates, foi aprovada na planária final esta Carta que sistematiza as proposições dos participantes da Conferência.

*Para esta Conferência, as Políticas Públicas de fomento à Economia Solidária da Cultura devem:*

- Gerar cultura de paz.
- Estruturar a Economia Solidária da Cultura.
- Integrar as políticas públicas nas e entre unidades federativas.
- Integrar as experiências dispersas no território, mas também regionalizar, ou seja, contemplar a diversidade.
- Permitir o contato com o outro, o reconhecimento da alteridade e diversidade. Garantir intercâmbios/trocas de experiências – (re) conhecer, integrar.
- Garantir a arte como expressão cultural: criar, recriar, propor, reconhecer.
- Fomento à produção cultural de empreendimentos solidários.
- Garantir acesso à tecnologia.
- Ter como eixo organizador da política a noção de cadeia produtiva.
- Rever processos de distribuição de recursos públicos.
- Fiscalizar os projetos e programas financiados com recursos públicos.
- Garantir fundos para cultura nacional, estadual e municipal. Acompanhar e avaliar presencialmente projetos e programas, garantindo a publicização das sistematizações e resultados.

- Fomentar os conselhos em nível municipal, estadual e federal.
- Propor currículo escolar que reconheça, valorize e incorpore a cultura cidadã do bem viver.
- Garantir acesso dos pontos de cultura ao usufruto de seu trabalho = remuneração acesso.
- Políticas de fomento à diversidade cultural e promoção da igualdade racial, gênero e sexualidade. Combate ao racismo e homofobia.
- Dar continuidade aos programas de Orçamento Participativo.
- Nos programas governamentais já existentes, implantar processos de acompanhamento, otimização dos processos burocráticos e garantir formas de avaliação, além de ampliar o diálogo entre sociedade civil e governo para pautar agendas programáticas públicas.

*Quanto à Propriedade Intelectual e os Direitos Autorais a Conferência demanda:*

- Realizar reforma da legislação autoral, permitindo o maior acesso à livre exibição e utilização dos bens culturais e ampliando o uso democrático dos mesmos.
- Fomentar os modelos de negócios abertos, relação direta entre o artista e o público.
- Difundir as informações sobre direitos autorais, inclusive dentro de movimentos e coletivos, como por exemplo, debates em universidades.
- Apoiar a difusão e uso de softwares livres.
- Estabelecer política de fomento, de acesso e circulação de bens culturais.
- Fomentar a utilização de licenças autorais alternativas, sobretudo para bens (científicos e culturais) financiados com recursos públicos.
- Fomentar o uso de software livre: educação, desenvolvimento tecnológico, utilização no Governo e Autarquias.
- Fomentar a utilização de protocolos e padrões tecnológicos livres e abertos.

*No que se refere à Cultura Digital e Comunicação a Conferência aprovou demandar:*

- Apoiar a regulamentação da internet: "Marco Civil da Internet".
- Criar o Plano Nacional de Banda Larga universal, pública e gratuita.
- Estabelecer Política de Formação para uso de TICs (tecnologias de informação e comunicação).
- Fomentar as mídias alternativas como meio de propagação democrática da cultura.

- Criar políticas de estímulo à EduComunicação no universo escolar.
- Fomentar a pesquisa, ensino e extensão universitária, desenvolvimento tecnológico e social nas Universidades, articulando o campo da cultura e ensino superior.
- Avançar no marco regulatório das Comunicações, em busca de maior democratização dos meios de comunicação.
- Apoiar as resoluções das Conferências Nacionais da Comunicação e Cultura.

*No que tange à **Organização do Trabalhador da Arte e Incubação de Empreendimentos de Cultura** propõe-se:*

- Criar um cadastro nacional de trabalhadores da cultura e arte.
- Estabelecer políticas de estímulo à formação técnica/profissional para a área cultural.
- Criar mecanismos de incentivo, valorização e reconhecimento da dignidade dos trabalhadores da cultura e arte.
- Criar um piso nacional de remuneração dos trabalhadores da cultura para prestação do serviço nos governos federal, estaduais e municipais.
- Definir critérios diferenciados de seleção /contratação de grupos culturais, valorizando a economia solidária da cultura.
- Reconhecer o trabalhador de arte como trabalhador autônomo.
- Inclusão de outras classes artísticas, além dos artesãos, na lei do Microempreendedor Individual (MEI), aumentando o teto de faturamento mensal.
- Instituição de um Serviço Nacional de Formação de Empreendedorismo Cultural e Comercio Justo.
- Desenvolver tecnologias de compartilhamento, formação administrativa, jurídica e financeira para empreendimentos solidários de cultura e trabalhadores de arte.
- Garantir que os pontos de cultura tenham acesso à formação e capacitação solidária.
- Desenvolver processos de articulação e incubação de economia solidária da cultura, independentes, além do modelo vinculado ao poder público e universidades.
- Fomento à pesquisa e desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias sociais de trabalho e criação.
- Realizar estudo de metodologias de incubação para empreendimentos solidários de cultura e arte.
- Ter critérios para estabelecer o modelo de formação/capacitação adequado à economia solidária da cultura.
- Realizar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre as indústrias criativas.
- Incentivo à sistematização das experiências de economia solidária da cultura.

- Viabilizar o suporte de comunicação aos grupos artísticos cooperados ou associados, visando acesso à produção e difusão da arte e cultura.
- Abrir editais para fornecimento de estruturas para mostras, festivais e eventos de difusão e fruição cultural.
- Realizar conferências municipais de economia solidária da cultura, como forma de difusão e construção deste modelo.
- Construir políticas públicas democráticas de cultura, sem mercantilizar o movimento, ou deixar os movimentos culturais dependentes do recurso público.
- Apoio ao projeto de lei Pró-Cultura que estabelece novas formas, mais democráticas, de fomento à cultura brasileira.
- Investir em pesquisas sobre a diversidade e pluralidade cultural brasileira.

*Para as **Finanças Solidárias, Redes e Comercialização** foram as seguintes as questões para as políticas públicas:*

- Estimular a implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) voltados para o fomento da produção cultural, especialmente através da sua interface com os Pontos de Cultura e com os arranjos criativos locais (ACS), numa perspectiva de articulação de redes de colaboração solidária e cadeias produtivas, tanto em nível local quanto regional e nacional.
- Incentivar a constituição de redes solidárias entre as experiências de moedas sociais.
- Ampliar espaços públicos de formação dos profissionais da cultura no campo da economia solidária (o que implica a construção de uma agenda específica de trabalho voltado para o fortalecimento da economia solidária da cultura).
- Criar Centros de Referência em economia solidária da cultura, enfatizando atividades em 3 eixos de intervenção: a) formação, b) incubação de empreendimentos de cultura, c) espaço para exibição e comercialização de produtos culturais.
- Constituir marco legal voltado para o fomento à produção cultural de forma coletiva, associada e com propriedade comum dos meios de produção.
- Realizar mapeamento de empreendimentos no campo da cultural, enquanto mecanismo de potencialização de informações fundamentais ao processo de fomento de redes, arranjos e cadeias produtivas no âmbito da economia solidária da cultura.
- Promover, no âmbito da Política Ambiental, o desenvolvimento econômico de uma cadeia produtiva de reciclagem de resíduos eletrônicos.

*Quanto aos **Coletivos e Redes** a Conferência propôs:*

- Instituir mecanismos de comunicação e animação do Fórum de Coletivos e Redes.
- Fomentar alternativas de redes independentes que estejam em busca de sustentabilidade.
- Fomentar projetos integrados entre redes de economia solidária e cultura.
- Fomentar redes em escala nacional, local/comunitária, presenciais e/ou virtuais.
- Criar formas de reconhecimento e legitimação de redes, empoderando-as para assumir programas na cultura e economia solidária.
- Sistematização e difusão das iniciativas de rede de economia solidária e cultura.
- Inovar nas metodologias de seleção de projetos nos editais públicos.
- Considerar os profissionais locais nas seleções públicas e nas decisões de investimento.
- Fomento à pesquisa fora das universidades, permitindo o desenvolvimento das tecnologias sociais e o acesso à pesquisa.
- Formação de gestores públicos, profissionais e agentes da economia solidária da cultura.
- Rádios comunitárias como estratégia de comunicação, educação e difusão local em rede.
- Fomentar a implantação de moedas solidárias, laboratórios sociais e inovações tecnológicas sustentáveis.

*Sobre o **Etnodesenvolvimento** as contribuições foram:*

- Fomento ao resgate e preservação da cultura tradicional.
- O etnodesenvolvimento se constrói a partir da integração de três dimensões interligadas entre si: cultura, território, identidade. A partir desse fundamento (tríade) básico, podem-se traçar estratégias para efetivação de políticas públicas de etnodesenvolvimento no campo Economia Solidária da Cultura.
- A construção de Políticas públicas nesta área se direciona a partir de três eixos:
  - Formação:*
    - Associação e cooperativismo: com diferenciação entre indígenas da cidade meio rural.
    - Capacitação para elaborar projetos.
    - Cadeias produtivas/redes.
    - Publicização e informação – rede e cultura digital.
    - Controle social, organização e participação popular.
  - Participação*

- Criação de conselhos, fóruns e seminários.
- Encontros regionais, estaduais e federal.
- Criação de centro público.

*c. **Comercialização***

- Produto com identidade étnica.
- Respeito às diferentes economias.
- Selos de economia solidária e outras políticas de controle.

*Estas contribuições somam-se às resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária e à II Conferência Nacional de Cultura.*

*Em Osasco / SP, 25 de novembro de 2010.*



Cia. Bate Palmas. Local: Ponte Metálica. Foto: Robson Bomfim

## Programação

### Primeiro dia 24/11

*Local: Teatro Municipal*

**9h** Apresentação artística

*Participantes: Autoridades convidadas*

**9:30h** Abertura Oficial

**14h** Painel temático: 'Economia Solidária da Cultura: histórico e experiências'

**16h** Painel temático: 'Políticas públicas de fomento à Economia Solidária da Cultura'

*Local: Viaduto metálico*

**20h** Confraternização e programação cultural: apresentações artísticas e socialização entre os participantes.

### Segundo dia 25/11

*Local: UNIFIEO - Bloco Prata*

**9h** *Mini-Conferências:* Finanças solidárias e crédito; Redes e coletivos; Cadeias Produtivas, Arranjos Produtivos Locais e comercialização; Propriedade Intelectual e Direito autoral; Cultura Digital e Comunicação; Organização do trabalho da arte e incubação de empreendimentos de cultura; Etno-desenvolvimento; Políticas Públicas; Mercado e sustentabilidade de grupos de cultura;

**14h** Atividade Cultural

**14h** Reunião da comissão de sistematização de propostas das mini conferências

**16h** Plenária final - Apresentação e votação do texto final da Carta de Osasco



O Teatro Mágico. Local: Teatro Municipal. Foto: Fabio Correa

Esta carta foi entregue pela Comissão de Transição da Política de Economia Solidária

# Carta à Presidenta Dilma sobre espaço da Economia Solidária no seu governo

## Fortalecendo a Política Pública de Economia Solidária

A erradicação da miséria no país e a promoção do desenvolvimento com geração de oportunidades a todos os brasileiros e brasileiras é um grande desafio que já tem sido enfrentado no atual governo com resultados positivos e é compromisso do que agora se inicia, legitimado pela grande maioria da população.

A economia solidária tem contribuído com este esforço, na medida em que, diante da impossibilidade de se atingir o pleno emprego, é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, catadores de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, e promovem a preservação ambiental e a conscientização sobre o consumo responsável.

Igrejas, sindicatos, universidades, entidades da sociedade civil e governos democráticos populares envolvidos com a economia solidária têm um papel relevante ao apoiar tais iniciativas através de metodologias e práticas de fomento, educativas e de assessoria técnica adaptadas a esta realidade.

Ao longo das últimas duas décadas, a economia solidária se fortaleceu social e economicamente: ampliou sua base de empreendimentos; organizou-se em fóruns, associações representativas e redes de cooperação; ampliou a quantidade de entidades da sociedade civil de fomento e assessoria; articulou-se com o movimento sindical; estabeleceu relações com outros segmentos, tais como mulheres, agroecologia, comunidades e povos tradicionais, tecnologias sociais e cultura; foi incorporada como política pública em centenas de municípios e em 18 estados; tornou-se objeto de en-

sino, pesquisa e extensão em mais de 100 universidades em todas as regiões do Brasil; foi afirmada no Congresso Nacional com a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária; tem servido como estratégia de organização coletiva de trabalhadores/as rurais e urbanos para promoção do desenvolvimento territorial sustentável e de segurança alimentar e nutricional, sobretudo, por meio do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, no governo do Presidente Lula, foi fundamental para o fortalecimento e crescimento da economia solidária brasileira. Por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em parceria com a sociedade civil, a SENAES implantou e coordenou uma série de ações de apoio a organização de empreendimentos econômicos solidários, coordenou a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e, junto com este, organizou duas Conferências Nacionais de Economia Solidária, envolvendo mais de 37 mil pessoas, e articulou a incorporação da economia solidária em programas de diversos Ministérios em áreas como a segurança alimentar, territórios da cidadania, agricultura familiar, saúde mental, inclusão produtiva, política de resíduos sólidos e segurança com cidadania (PRONASCI), entre outras. A criação, por meio de decreto presidencial, do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, torna o Brasil o primeiro país a regulamentar este setor.

É por isso que a economia solidária do Brasil é considerada hoje um exemplo em todo o mundo e é referência no debate sobre o reconhecimento das formas de trabalho associado no âmbito da Organização Internacional do Trabalho e na implantação de políticas públicas emancipatórias em vários países latinoamericanos.

Temos a certeza de que estes avanços serão mantidos e precisam ser reforçados e ampliados, de modo que a economia solidária seja efetivamente um direito que garanta a toda cidadã e cidadão a possibilidade de trabalhar de forma associada, contribuindo com o desenvolvimento do país, com distribuição de renda e preservação ambiental.

Assim, e considerando:

- o potencial já demonstrado pela economia solidária de contribuir com oresgate humano e a erradicação da pobreza e da miséria;
- a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de geração de trabalho e renda para setores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional;
- o compromisso da economia solidária em promover o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário, em que a produção da riqueza tenha como finalidade a qualidade de vida;
- a natureza transversal e intersectorial da economia solidária, que exige um espaço institucional de articulação e organização do conjunto de políticas relacionadas;
- o crescimento expressivo da economia solidária em todos os segmentos da sociedade civil e em políticas públicas municipais e estaduais;

as resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária; os “13 Compromissos para fazer avançar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento”, assumidos pela campanha eleitoral; e a necessidade de ampliar o patamar das políticas públicas de economia solidária para contribuir com os objetivos centrais apontados por seu programa de governo.

Apresentamos à Sra. Dilma Rousseff, futura Presidenta da República, o pedido de criação do Ministério da Economia Solidária.

Destacamos que esta reivindicação, além de ser respaldada e estar em consonância com as resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária, é fruto de amplo consenso e convergência dos mais diferentes setores sociais que compõem a economia solidária, os empreendimentos, as entidades de apoio, as universidades e os gestores públicos e parlamentares, além de outros segmentos, que juntos lutam para o Brasil seguir mudando, com o apoio da economia solidária, rumo a um padrão de desenvolvimento que incorpora as alternativas emancipatórias cidadãs e promove a democratização da economia.



estores  
s Públicas  
mia Solidária

Mini  
da C

Grupo Boca de Pano  
Local: teatro Municipal  
Foto: Fabio Correa

# Contribuições ao debate do Grupo de Trabalho do Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Ponto de Cultura de Economia da Cultura

## Grupo de Trabalho do Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Ponto de Cultura de Economia da Cultura <sup>1</sup>

### I. O novo paradigma das políticas culturais

O Brasil sempre foi reconhecido pela grandiosidade da sua cultura, podemos tanto observarmos a produção cultural brasileira cronologicamente ao longo da história como também pela sua diversidade fruto das diversas etnias que compõe o povo brasileiro. Contudo o que mais chama a atenção é a característica antropofágica da produção cultural brasileira de se apropriar dos movimentos culturais globais ou locais e re-significar de maneira híbrida dialeticamente produzindo algo novo, mas que pertence a um processo histórico-cultural que nos remete à construção das diversas identidades brasileiras.

Ao discorrer sobre a produção cultural brasileira necessitamos abordar como o Estado concebe o direito à cidadania cultural e sobre qual compreensão de cultura se propõem este acesso: cultura de massa, popular e erudita.

Pesquisando a temática devemos considerar que nos anos 60 o debate sobre a dicotomia entre a cultura popular e o chamado erudito cresceu e apesar da distancia temporal, levantou discussões que permanecem até os dias atuais. Primeiro o essencial neste contexto será como a partir dos diversos movimentos artísticos a produção cultural brasileira se fundamenta como um mosaico de expressões heterogêneas; segundo, o direito do povo aos bens culturais não se dá somente como consumidor passivo numa perspectiva de entretenimento e terceiro, a mercantização da produção cultural pelo Estado Brasileiro nos viés de isenção tributária aos nichos de mercados estabelecidos territorialmente.

Contudo apesar dos diversos movimentos culturais e artísticos ao longo da história do Brasil e o reconhecimento internacional da imensa produção cultural brasileira o Ministério da Cultura

(MinC) somente foi criado em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144, anteriormente o tema pertencia ao Ministério da Educação e Cultura (1953 a 1985) e mesmo que vejamos diversas iniciativas progressistas em torno das políticas culturais em diversos âmbitos federativos, é a partir da Gestão de Gilberto Gil em 2003, que a noção antropológica de Cultura, entendendo as expressões e a diversidade cultural como força matriz da nação brasileira se traduz em políticas públicas. Ao invés das políticas públicas apenas entenderem como seu objeto as linguagens artísticas, o viés antropológico contempla as dimensões simbólicas, cidadã e econômica, complexificando as relações entre Estado e grupos e agentes culturais e construindo os pilares do Plano Nacional de Cultura.

### II. Os Pontos de Cultura descobrem o Brasil

O Programa Cultura Viva, especificamente por meio dos Pontos de Cultura, propiciou que a população tivesse acesso à cultura e pudesse ter condições de produzir e reproduzir diversas manifestações antes restritas a uma classe social. Ainda é impossível mensurar o impacto destas transformações intangível na população brasileira.

Entretanto, a despeito do avanço este processo gerou uma demanda para a sociedade brasileira que dialoga com o segundo eixo de abordagem, ou seja, a viabilidade econômica dos empreendimentos de cultura. Descentralizam os investimentos do Estado na produção cultural e poucos produtores, artistas e técnicos são inseridos na cadeia produtiva da cultura. Não há espaço para todos os atores na cadeia produtiva da cultura, surge então um dilema.

Como será a ampliação da política cultural brasileira de hoje já que nos últimos 10 anos no Brasil a cultura ampliou suas pautas de reivindicações e novos paradigmas surgiram, levando a sociedade, instituições e os governos a disputarem o conceito e os rumos da economia da cultura.

Algumas posições oscilam entre acreditar que a cultura deve se desenvolver como uma indústria autônoma, com os fins exclusivos de retorno financeiros, e outros que desenvolvem um processo produtivo em que a solidariedade e distribuição do excedente seja o fim, quando os meios são metodologias de gestão com princípios autogestionários, moedas sociais, produção colaborativa, etc, enfim os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES devem se posicionar diante do embate e ampliar suas experiências de uma nova economia.

### III. Por uma nova economia: solidária e cultural

O termo economia da cultura parece novo e estranho a quem

escuta ou lê pela primeira vez, soando contraditório a partir do referencial do que seja cultura, e complexo dependendo da definição de economia. Para apresentar o debate podemos definir economia da cultura como a economia das manifestações artísticas culturais, afinal na contemporaneidade a produção humana, tanto simbólica como material, possui valor e, é passível de comercialização e/ou trocas. Pensar uma economia da cultura é considerar que o sistema produtivo dos diversos atores da cultura partilhem da mesma concepção na cadeia produtiva da cultura: produção, circulação e distribuição e consumo, e não seja regido pelos valores capitalistas do mercado mas, disposta como ferramenta e como instrumento do desenvolvimento da cultura e de políticas públicas. Ou seja, a economia da cultura trás nos seus produtos e serviços expressões de ancestralidade, identidade de grupo como forma de afirmação de uma identidade.

Apesar disso a tendência mundial a partir das transformações do mundo do trabalho e com a cristalização da sociedade da informação e da necessidade das novas tecnologias no extrativismo, indústria e serviços, os países desenvolvidos têm orientado ao que chamamos de economia da cultura com uma ampla visão desta cadeia produtiva, segundo Pablo Ortellado:

“ as políticas de fomento às indústrias criativas. Na verdade, podemos falar de três vertentes de promoção da cultura no contexto da sociedade da informação: o modelo americano de indústrias do direito autoral, o modelo francês das indústrias culturais e o modelo inglês das indústrias criativas. Todas elas buscavam fomentar o setor cultural como um dos componentes centrais da sociedade da informação (ou da economia do conhecimento – não há consenso na adoção dos conceitos)”.

O modelo americano das indústrias do direito autoral enfatiza como unidade o fato destes setores produzirem bens protegidos por direito autoral, mesmo quando não sejam “caracteristicamente” culturais. O conceito abrange assim, desde setores mais indiscutivelmente culturais como a indústria fonográfica, audiovisual e editorial, até setores cujo componente cultural é menos predominante como a indústria de software e de games. As políticas americanas são as mais antigas, datando dos anos 1980, quando esses setores se auto-organizaram industrialmente, fundando uma associação e defendendo políticas comuns. O modelo francês é um pouco posterior e tem como unidade os setores que produzem bens culturais seriados, ou seja, que podem ser industrialmente reproduzidos. Esse conceito abarca tipicamente os setores editorial, fonográfico e audiovisual, numa abordagem um pouco mais restrita que a americana. Por fim, o mais tardio e, atualmente o mais influente, é o mo-

delo inglês das indústrias criativas. O modelo inglês, proposto numa política iniciada em 2001, define as indústrias criativas como “aqueelas indústrias que têm origem na criatividade, habilidade e talento individual e que tem potencial para a criação de riqueza e emprego por meio da geração e exploração da propriedade intelectual”. É, assim, o modelo mais abrangente, incluindo no foco das políticas, tanto as indústrias culturais (editorial, fonográfica e audiovisual), como todo setor de comunicação (rádio, TV e Internet), chegando até os setores nos quais a dimensão cultural está subordinada a finalidades funcionais como o design, a moda, a publicidade e a arquitetura.”

Neste bojo de discussões e demandas da produção cultural brasileira um grupo de produtores de Empreendimentos de cultura, alguns independentes, outros de cultura tradicional e outros de cultura digital se depararam com a necessidade de criar um Grupo de Trabalho de Economia da Cultura para atuarem e dialogarem com outros EES, sobretudo nos Fóruns de Economia Solidária e de Ponto de Cultura. Sua origem ocorreu durante a II Conferência Estadual de ECOSOL - São Paulo, nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2010, na Estação Cultura, Campinas, sob a demanda de realizarmos a cobertura colaborativa da II CONAES. Desde então realizamos reuniões mensais presenciais e a distância, apropriando assim das ferramentas de comunicação da web e com a preocupação de tornar público e disponível na internet todas as discussões e decisões do GT. Além da cobertura colaborativa da II CONAES, ocorrida nos dias 16 a 18 de junho de 2010 em Brasília, realizamos também a cobertura colaborativa e a transmissão da I Conferência Nacional de Economia da Cultura, ocorrida em Osasco nos dias 24 e 25 de novembro de 2010. O GT participou ainda da formulação metodológica dessa Conferência.

### IV. Desafios de uma Economia Solidária da Cultura

Por cultura podemos entender as suas diversas dimensões: antropológica, criativa, entretenimento, obras de arte, conhecimento, linguagem artística, etc. Contudo, nossa compreensão parte da cultura enquanto trabalho criador, emancipador e transformador da realidade social, constituindo assim a fruição e a apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade a todos os seres humanos.

“A perspectiva da cultura como trabalho de criação permite a afirmação dos conflitos e contradições inerentes ao campo democrático da cultura. Reconhecemos que esse é um campo de disputa política e no qual acreditamos ser fundamental garantir a afirmação do direito à cultura e a criação de novos direitos. Nessa aborda-

<sup>1</sup>Autores: Paulo Edison de Oliveira Índio- Rede Ivoz; Leonardo Barbosa Rossato- Circuito Fora do Eixo; Luana Vilutis – Pesquisadora, Robson Bonfim Sampaio – Ativista da cultura digital

gem, os espaços de participação são essenciais para a ampliação do espaço público da cidadania cultural e para a transformação da cultura política, respeitando o pluralismo, o exercício da liberdade, o acesso à informação e os mecanismos de produção e ação cultural. Esse exercício da cultura democrática aponta para uma democracia cultural e se opõe à mercantilização da cultura.

Compreendida como prática social e simbólica do processo de criação cultural, a cultura também contempla a divisão de classes sociais, de identidades étnicas, de especificidades históricas e geográficas, o que reforça a necessidade de respeitar a diversidade dos sujeitos envolvidos na prática cultural e suas diferenças. Essa pluralidade do campo da criação cultural traz à tona a importância e o papel do sujeito, agente, produtor, criador de cultura como sujeito de sua própria prática, autor de sua própria narrativa, criador de sua memória e expressão de sua identidade.

Ainda dentro da dimensão simbólica da cultura, cabe destacar a importância dos processos pelos quais as culturas são produzidas, considerando os diferentes elementos que compõem suas lutas políticas e as raízes de suas criações culturais. Nesse aspecto, os bens simbólicos ocupam espaço significativo na disputa de hegemonia e na construção de um poder contra-hegemônico, alternativo à produção cultural de massa.

A cultura, compreendida como direito de cidadania, situa os sujeitos culturais para além de sua condição de consumidores, espectadores ou contribuintes, mas os consideram sujeitos políticos, trabalhadores da cultura, cidadãos responsáveis pelo trabalho de criação cultural. É preciso situar nesse campo a luta pela democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos culturais; mas, fundamentalmente, também reforçar o direito à fruição cultural e a expansão dos meios de difusão cultural, no sentido de garantir a liberdade de apropriação e criação de novos espaços de expressão artística e trocas culturais.”<sup>8</sup>

Neste sentido acreditamos que o avanço de uma economia da cultura solidária com sustentabilidade necessita de um debate participativo sobre os diversos temas que envolvem as cadeias produtivas das diversas linguagens culturais.

Portanto lutamos pelas seguintes causas culturais:

- O Estado brasileiro deve fomentar iniciativas da economia da cultura de cunho autogestionário e solidária, e não fomentar a indústria cultural de massa que trata a cultura como produto, concentrado riqueza, segregando trabalhadores e excluindo os cidadãos e às cidadãs do direito ao acesso a bens culturais;

- Reversão da disparidade de investimento e tributação do Estado em comparação com a Indústria cultural de massa e os EES

solidários e/os grupos de cultura tradicional;

- O Estado deve criar condições de experimentação a novas formas de negócios, com parâmetros de economia em rede, de preços justos e de distribuição equitativa de verbas por diferentes segmentos sociais;

- A aprovação da Reforma da Lei de Direito Autoral e a defesa do uso de licenças livres como o Creative Commons, defendendo o uso dos Recurso Educacionais Abertos como elemento de democratização e acesso a todos e todas ao conhecimento;

- Potencializar as diretrizes de acesso efetivo e neutralidade na web no Comitê Gestor Da Internet - CGI, afirmando assim a qualidade técnica e o direito a todos os cidadãos e às cidadãs do país;

- Extinção do monopólio das empresas de comunicação, legalização das rádios comunitárias e democratização dos meios de comunicação e contra a criminalização destas práticas, pelo reconhecimento e apoio do estado brasileiro às ações deste segmento;

- Articulação de uma rede nacional dos pontos de cultura de matriz africana, para uma ação afirmativa visando o reconhecimento e legitimação das práticas culturais, religiosas, familiares e de organização social destas comunidades, contra o preconceito e a opressão da matriz cultural afro-brasileira, reunindo comunidades de terreiro nas suas diferentes religiosidades, comunidades quilombolas rurais e urbanas, entidades do movimento negro e organizações em rede das comunidades de matriz africana;

- Ampliação da Ação Cultura Digital, do Programa Cultura Viva que visa facilitar a apropriação de ferramentas multimídia em software livre pelos Pontos de Cultura para documentação de manifestações culturais locais, produção de sua própria mídia e construção da autonomia por meio da conexão entre o local e o global;

- Discutir a implementação da lei Griô, uma ação do Programa Cultura Viva, cuja missão é criar e instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral em diálogo com a educação formal, para o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento do lugar político, econômico e sócio cultural dos griôs, das griôs, mestres e mestras de tradição oral do Brasil;

- Reconhecer o conceito de etnodesenvolvimento como direito constitucional das diversas etnias que compõem o Brasil: “O etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”(Rodolfo Stavenhagem 2001)

- Reivindicar a execução do Plano Nacional de Cultura por

meio da exigência de orçamento para o plano;

- Ampliação do Programa Cultura Viva que consiste no aprimoramento de sua gestão e no exercício prático do Protagonismo, Empoderamento, Autonomia e Gestão em Rede;

- Abertura de Linha de Crédito direto aos Pontos de Cultura por via de bancos públicos como BNDES, BNB, Banco do Brasil com juros diferenciados dos praticados ao mercado;

- Investimento a Fundo Perdido por via do Fundo Nacional de Cultura ou outros órgãos ministeriais para adequação de espaços e equipamentos- Empréstimos subsidiados, redução de impostos e incentivos fiscais;

- Consolidação da Ação Economia Viva do Programa Cultura Viva como ação pública que considera os Pontos de Cultura como empreendimentos econômicos solidários e enquanto política estratégica de articulação da produção cultural colaborativa em rede.

*Referências*

1. *http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia#cite\_ref-etymology\_0-0*
2. *Carta do Ministro da Cultura aos que participaram da Consulta Pública sobre a Reforma da Lei Rouanet Ferreira, Juca/2010* *http://www.blogdojucaferreira.com.br/?tag=rouanet*
3. *Economia Colaborativa nos Cineclubes. Saraiva, A. / 2010* *http://www.overmundo.com.br/banco/economia-colaborativa-nos-cineclubes*
4. *Sobre o Programa Cultura Viva, MINC/2010* *http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/*
5. *Sobre a ação Economia Viva, MINC/2010* *http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/economia-viva/*
6. *ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO – ESTRATÉGIAS NACIONAIS E PANORAMA*
7. *Ana Carla Fonseca Reis PDF: http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Eco-Cult.pdf*
8. *MetaReciclagem é uma rede auto-organizada que propõe a desconstrução da tecnologia para a transformação social.* *http://www.metareciclagem.org/*
9. *Luana Vilutis*

## Economia Solidária E Pontos De Cultura<sup>2</sup>

Partimos da compreensão de que a transformação da cultura política, a democratização cultural e a necessidade de políticas integradas representam importantes passos para a formulação e execução de uma política nacional de cultura. Para alcançar essa perspectiva, em 2003, o Ministério da Cultura-MinC identificou a necessidade de operacionalizar o conceito antropológico de cultura de modo

que lhe permitisse estruturar seu programa político e orientar suas diversas ações. O discurso do programa do MinC passou, portanto, a reunir três dimensões da cultura, buscando articular a dimensão simbólica da vida social, a dimensão da cultura como economia e a compreensão da cultura como direito de cidadania.

Se, no espaço da cidadania, a política cultural do MinC se propôs a eliminar a desigualdade social, do ponto de vista econômico, alimentou-se a expectativa de que as potencialidades da cultura fossem projetadas em sua capacidade distributiva e equitativa. Não há dúvidas que o programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva foi a ação pública do MinC que mais se aproximou disso, pela capilaridade dos Pontos de Cultura que não só ampliaram o acesso a bens e serviços culturais, como dinamizaram a produção cultural em diversos territórios e comunidades. O Cultura Viva propõe reunir de forma abrangente essa diretriz política do MinC de articulação das três dimensões da cultura.

Ao tratarmos a dimensão econômica da cultura com foco na produção cultural, é de fundamental importância considerarmos o seu processo de criação e não reduzir a análise ao prisma do mercado e à lógica de eventos e produtos. Além da indústria cultural e criativa, a economia da cultura reúne experiências nos mais diversos elos de seu sistema que são intangíveis, não monetarizadas, o que dificulta sua mensuração econômica em termos financeiros.

Ao abordar o sistema produtivo na área cultural é importante alargar a perspectiva das cadeias produtivas e considerar redes que mobilizam o processo de criação, produção, distribuição, comercialização, consumo, crédito e ensino de bens, serviços, práticas e saberes na área da cultura. Acreditamos que cada elo dessa teia produtiva mobiliza a economia do setor cultural.

O processo criativo não pode ser instrumentalizado nem reduzido a mercadorias para o consumo, embora não se negue a importância de seus impactos econômicos. É igualmente necessário considerar que essa produção cultural também movimenta um conjunto de sujeitos e redes sociais que são calcadas em identidades territoriais e muitas vezes se organizam em sistemas produtivos com lógicas próprias de funcionamento, alimentadas por relações solidárias e cooperativas, que nem sempre são mensuráveis em estudos e pesquisas econômicas nacionais.

De modo geral, os dados da economia da cultura são calculados a partir do impacto na cultura no PIB dos países; na Europa, por exemplo, a cultura chega a representar 7% do PIB. No Brasil não temos pesquisas atualizadas que revelem esse dado precisamente, mas a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, realizada pelo IBGE, evidencia o importante papel que a cultura ocupa

<sup>2</sup>Autora: Luana Vilutis

nas despesas de consumo familiares. Se no grupo de cultura contemplarmos o dispêndio com telefonia, ela alcança o quarto lugar nas despesas familiares, ficando atrás de outras prioridades como habitação, alimentação e transporte. Esses dados revelam que o consumo cultural abarca 7,8% da despesa de consumo mensal familiar, o que, por sua vez, representa um gasto médio mensal de R\$115,00 por família. Sem a inclusão da telefonia no grupo cultura, o consumo de cultura passa a ocupar o sexto lugar nos dispêndios familiares e representar 4,4% de suas despesas médias mensais (BRASIL, 2010).

A sociedade do conhecimento impulsionou modificações no processo de criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais de forma acelerada nas últimas décadas. Essas transformações estão relacionadas mundialmente ao surgimento de novas infraestruturas tecnológicas de comunicação e aos câmbios sociais e culturais ocorridos com a reestruturação produtiva do final de 1980 e início dos anos 90. Especificamente no Brasil, soma-se a esse processo o desenvolvimento de políticas públicas de cultura que apontam para a democracia cultural, na primeira década de 2000.

Uma das características dessa mudança é a convergência entre diferentes segmentos e expressões artísticas na produção e criação cultural; atualmente é mais difícil tratar os setores das artes de maneira estanque e, embora cada um tenha suas especificidades, a transformação da sociedade mobiliza sua conexão e estimula interfaces na criação artística e na produção cultural.

Falar em cultura e, mais especificamente, em economia da cultura é abordar a criação, a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços culturais com foco voltado ao projeto de desenvolvimento impulsionado nesse processo produtivo e de comercialização. A centralidade ocupada pela cultura na sociedade no século XXI torna evidente sua relação intrínseca com o desenvolvimento e, assim como a cultura permeia e ultrapassa a dimensão da economia política, ela se insere no tecido social e o atravessa.

## Economia intangível dos Pontos de Cultura

Podemos afirmar que os pontos de cultura articulam as três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica) ao conectar múltiplas representações do sentir, do fazer, do saber e do pensar com o tecido social e produtivo de comunidades. Numa perspectiva cidadã, essa ação cultural contribui para ampliar o espaço público da cultura e fomentar o exercício do direito à cultura em diversos contextos e junto a populações variadas. Além de ampliar

a infra-estrutura cultural do país, os pontos de cultura constituídos enquanto empreendimentos econômicos e solidários integram redes, sistemas e arranjos produtivos no setor cultural.

Os pontos de cultura dinamizam ações diversas de fomento à inclusão produtiva que podem ser identificadas tanto a partir do estímulo a setores produtivos específicos (artesanato, costura, música, dentre outros) quanto a sistemas produtivos mais amplos (da música, da tecelagem, do audiovisual, etc.). Assim como não é possível falar em sistemas produtivos inteiramente mobilizados apenas por pontos de cultura, é impossível tratar sua integração produtiva de forma isolada ou específica, visto que sua realização ocorre de maneira conectada ao investimento em infraestrutura, às atividades de formação, à atuação comunitária, à cultura digital, dentre outras.

A rede de pontos de cultura contribui para dinamizar a circulação de bens e serviços entre os diferentes pontos e com a sociedade em geral, o que por sua vez fortalece sua produção, chegando até, em alguns casos, a criar mercados específicos. Podemos identificar esse mercado em potencial mobilizado pelos pontos de cultura como sendo ligado à cultura popular, à cultura de periferia, à economia solidária, ao software livre, à produção da cultura independente e ao artesanato, etc., a partir de lógicas, dinâmicas e escalas muito diferentes e ideologicamente opostas à indústria cultural.

Podemos reunir algumas experiências de Pontos de Cultura que, integrados entre si e articulados com outras cooperativas e trabalhadores associados, mobilizam processos produtivos diversos e em rede. Como é o caso da rede que une fiação, tecelagem, pigmento, customização e comercialização de produtos artesanais junto a Pontos de Cultura. A utilização de planilhas abertas em que todos os clientes sabem quanto foi destinado aos produtores e demais elos da cadeia produtiva é prática da economia solidária da Cultura. O suporte de Pontões para atividades de formação e para a criação de circuitos de comercialização e trocas é fundamental para o fortalecimento e ampliação da rede.

Outro exemplo muito representativo do potencial dessas articulações imprimem características de sua intencionalidade é a mobilização da cadeia produtiva da música por um Ponto de Cultura com o objetivo de ampliar a participação dos coletivos de produção musical independentes do município. Para tanto, a organização iniciou a realização de um mapeamento dos grupos musicais, instituições de ensino de música, artistas, luthiers, casas de shows, festivais e infraestrutura disponível na cidade para a fruição da música. O ponto de cultura conhece a dinâmica própria do setor por ter como sua principal atividade a produção musical de shows, eventos, festivais e bandas, com cobertura colaborativa e produção multimídia.

Essas realizações ocorrem sempre em parceria com outras instituições, coletivos, pontos de cultura e agentes culturais que contribuem e participam dos espaços de criação, circuitos de produção musical, festivais de difusão, formação de público e distribuição de Cds e DVDs.

A despeito dos exemplos mencionados, estas práticas ainda são bastante incipientes numa escala maior da Rede Cultura Viva e há muitos pontos de cultura que, apesar de trazerem em seu trabalho o potencial de mobilizar circuitos produtivos, comercializar produtos, gerar renda, tem poucos recursos para estruturar este trabalho. A falta de recursos identificada diz respeito à carência de espaços de comercialização, falta de conhecimento de gestão financeira, falta de crédito para compra de insumos, necessidade de formação administrativa para vendas, pouca troca com outras experiências na área e ausência de políticas de fomento à economia solidária da cultura. Certamente, as diversas tentativas e intencionalidades do MinC em fomentar a inclusão produtiva na Rede Cultura Viva oferece aprendizados e aporta contribuições para garantir o êxito da implementação de iniciativas na área da economia solidária da cultura.

### Referências

1. *ARAÚJO, Herton E.; BARBOSA, Frederico A. B. (Org.). Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: Ipea, 2010.*
2. *BRASIL. Ministério da Cultura. Catálogo do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília, 2004.*
3. *BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Brasília, DF, 2a edição, 2010.*

## Economia da Cultura Sustentável<sup>3</sup>

Do ponto de vista etimológico, “economia” origina-se do grego oikos (casa) e nomos (costume ou lei) ou também gerir, administrar: daí “regras da casa” (lar) e “administração da casa”. [1]. Já “Cultura” vem do latim “colere” que significa “cultivar”. Pode-se perceber, portanto, a aproximação entre os termos na sua origem. Isso posto, prossigamos ao entendimento de como a cultura e seu componente econômico vem sendo tratado nos diversos setores, no Brasil.

No setor privado, a Cultura foi devidamente transformada em mais um objeto de consumo. Mais um produto. Mais uma forma de geração de lucros. Aliás, a economia da cultura, economia da criatividade, indústria do entretenimento – como são normalmente conhecidas – movimentam cifras estratosféricas correspondentes, por exemplo, a mais de 7% do PIB mundial com crescimento anual de 6,3% - superior inclusive ao da economia mundial. Os dados re-

velam que na Europa a movimentação atinge quase 8% do PIB e nos EUA é um dos maiores itens de exportação. Assim sendo, país afora a cultura é tratada como uma mercadoria valiosa.

Pelo lado do investimento público, tradicionalmente os beneficiários tem sido as grandes empresas de entretenimento, produtores conhecidos e artistas renomados. As formas de financiamento direto, são basicamente, a Lei Rouanet<sup>2</sup>, com suas conhecidas distorções de finalidade, regionais e distributivas; financiamentos de bancos como o BNDES e o BNB, que muitas vezes com a condição de investimento a partir de um milhão de reais, diga-se; e editais gerenciados pelo MINC, o que para audiovisual, por exemplo representa alguns milhões destinados a realizadores e somente distribuição de kits para exibidores, por exemplo<sup>3</sup>.

O Programa Cultura Viva<sup>4</sup> foi a primeira experiência de financiamento direto de produtores culturais de associações populares. Ele conseguiu atingir pessoas que não só produzem cultura em comunidades, mas que fazem parte da resistência cultural brasileira, apesar do mainstream do mercado.

A metodologia do Cultura Viva era de investimento em expressões que já existiam, potencializando grupos culturais populares ao invés de criar equipamentos públicos pouco apropriados pela comunidade. Nos Pontos de Cultura se faz, mesmo que não se reconheça, economia solidária, no sentido da prática colaborativa. Embora muitos não tenham intenção ou vocação para se firmarem como empreendimentos culturais, em um momento começou-se a vislumbrar a possibilidade de que alguns pontos pudessem distribuir sua produção e gerar renda. A ideia de redes que dessem visibilidade e propiciassem ambiente adequado para a venda de produtos e serviços ou mesmo permitissem trocas livres, fez parte desse vislumbre<sup>5</sup>.

Nesses seis meses de governo, a nova administração do Minc tem demonstrado de que não vai dar continuidade à política anterior e sinalizado sua simpatia por modelos privatista do conhecimento, haja vista a grande aproximação com órgãos de direitos autorais e das grandes indústrias fonográficas, do desconhecimento e abandono das licenças livres, dentre outros indícios, como a agenda tratada entre MINC e Câmara de Comércio dos EUA, quando da visita do Presidente Obama ao Brasil.

A criação da Secretaria de Economia Criativa indica a escolha do governo federal em empreender um tipo de desenvolvimento econômico na cultura mais preocupada em impactar o PIB do que propriamente criar mecanismos de impactar o desenvolvimento local. Pois que sim, a cultura, se houver investimento e acompanhamento técnico adequado, poderá ser grande vetor de geração de renda e

<sup>3</sup>Autora: Andréa Saraiva

de desenvolvimento local. A questão é escolha de modelos. Estamos assistindo a ebulição de um tipo de economia da cultura cujo recorte é na economia do intangível, da criação, na economia do conhecimento voltada ao grande mercado.

Há uma miopia do Ministério da Cultura de não perceber que os Pontos de Cultura possam gerar renda e que os relega a um “social” dentro do cultural. Nada pode ser mais errado. Repriso o pensamento de que uma vez equacionada as distorções, uma vez aproximada da economia solidária e com investimento continuado, os Pontos e empreendimentos culturais autogestionados poderiam suprir a necessidade de sustentabilidade financeira e de uma só tacada diminuiria o gravíssimo problema cultural no país que é o déficit por equipamentos.

Se levarmos em conta o montante do recurso público, chegaríamos a constatação de que o Estado tem se tornado, um investidor no setor cultural. Sendo que está investindo na perpetuação de fabricação de uma cultura mercadológica, de descarte. Por analogia, não é forçoso perceber que a política pública no Brasil é cúmplice da intermediação e sustentáculo do capital. A manutenção dos “atravessadores” que lucram com trabalho de muitos, a falsa dicotomia artista/cultura, o fechamento às possibilidades colaborativas de produção e reformulação ainda pouco clara do Programa Cultura Viva. Sem possibilidade, portanto, da construção de uma cultura que promova autonomia, protagonismo, acesso amplo à cultura para a população e possivelmente desenvolvimento econômico local.

Esse ensaio, portanto, procura aproximação explícita com modelos colaborativos, a opção aqui é por uma cultura aliada à economia solidária, um não solene ao mercado e ao tipo de cultura que renega protagonismos e empoderamento.

Outra grande questão é romper com os paradigmas. Pois nem as políticas de cultura enxergam na economia solidária uma boa alternativa de sustentabilidade financeira, tampouco a economia solidária enxerga a economia da cultura como atividade econômica. Eis o grande desafio.

Para Ana Carla Fonseca Reis é equivocado pensar que a cultura deva se curvar à economia ou ao mercado. Para ela, a economia da cultura envolve e “oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento” [ 6].

Cabe o recorte de que tratamos cultura no sentido amplo. Que vai desde as linguagens artísticas como música, teatro, cinema, dança até a cultura como o conhecimento, o desenvolvimento de softwares, a metaReciclagem7. A própria utilização de ferramentas tecnológicas é cultura, inclusive. Estamos tratando da cultura como processo e como produto, na possibilidade de sustentação de experiências e até emancipação econômica.

Podemos citar inúmeros exemplos de coletivos de norte a sul do país: O Fora do Eixo, Puraqué, Iteia e a magnífica ideia da Produtora Colaborativa, a Rede Tucum de turismo comunitário, Odomodê e o mercado do TecnoBrega dentre outros tantos modelos de economia colaborativa que já são realidade.

Ou podemos citar Pontos que em si promovem redes locais, enraizadas na comunidade, como o Coco de Umbigada, Associação Piauiense de Hip Hop, Odomodê, entre outros, que no fazer cultural organizam fluxos na comunidade, propiciam vivências, difusão e distribuição cultural. Cada atividade tem fundamento nos princípios que geraram essas experiências: o terreiro, o Hip Hop, os griôs são fundamentos que se expressam também em produtos e produções culturais: eventos, cds, estúdio, roupas, rádio, vídeos, instrumentos, alimentos, arte gráfica, grafite.

Certamente esses coletivos não tem viés estritamente econômico, mas é alento perceber que a cultura pode transformar atividades econômicas e gerar renda que faça essas experiências perdurarem, com uma lógica diferente do capitalismo.

Aliado a isso existem elementos importantes que vêm causando redefinição de vários quadros antes sacramentados. A internet, a popularização de equipamentos tecnológicos, a economia solidária como alternativa e a cultura colaborativa ensejaram uma gama de transformação no mercado cultural. A título de exemplificação, o setor da música, ao que parece, tem se adaptado bem a novos modelos de negócios. Tirando a figura do intermediário - indústria fonográfica, distribuidores etc., até então o maior beneficiado financeiramente - e comercializando diretamente com seus ouvintes seja em shows ou pela venda direta na internet ou bancas de revistas. Outra boa alternativa são as cooperativas de desenvolvedores de softwares que estão abrindo mão de grandes empresas para se dedicarem a se autorganizar e fazer disso uma forma exitosa de geração de renda.

Daí que lanço muito mais questionamentos do que propriamente soluções. Pelo simples fato de que tudo ainda está por ser escrito, desenhado. Cabe o desafio de perceber: de que forma a economia solidária pode ser um instrumento para viabilização dessas alternativas de sustentabilidade financeira? É possível modelos que

tragam autonomia e possibilidade de sobrevivência digna a partir da atividade laboral que não alimente a perversa lógica capitalista?

Os mecanismos de fomento à atividades culturais deve ainda ser debatida e certamente teremos essa oportunidade na tramitação do projeto de lei Pró-Cultura. A lei do Vale-Cultura que está prestes a ser votada e que movimentará mais de R\$ 7 bilhões no mercado brasileiro e que se não houver discussão, irá correr pras águas da grande indústria cultural.

Precisamos pensar em mecanismos adequados e eficientes para desenvolver a economia aliada à cultura como crédito e microcrédito, moedas sociais, redes de trocas, bancos comunitários, formação, investimentos a fundo perdido, pautas mais comuns ao movimento de Economia Solidária e mecanismos estatais apropriados pelo grande capital.

Passamos da era industrial para a era do conhecimento e este sendo livre terá maiores condições de possibilidades de propiciar sinergias coletivas, da liberdade sair do plano da utopia e se tornar realidade. Tornar o que se gosta de fazer em atividade econômica que forneça condições dignas de sobrevivência, tornar essa atividade prazerosa.

Precisamos urgentemente de redes virtuais e presenciais para aprofundar propostas e validar esses muitos experimentos em economia colaborativa e em rede. Precisamos sair da invisibilidade e lutar para que tenhamos o mesmo volume de financiamento que a cultura de mercado sempre teve. Precisamos é de uma política cultural que nos reconheça como gerador de desenvolvimento econômico, justo e colaborativo.

*Referências citadas:*

1. *Coco de Umbigada (PE)* - <http://sambadadecoco.blogspot.com/>
2. *Afro-Sul / Odomodê (RS)* - <http://ong.portoweb.com.br/afrosul/>
3. *Mucambo Nuspano (PI)* - <http://mucambo.mercadoshops.com.br/>
4. *Puraqué (PA)* - <http://mucambo.mercadoshops.com.br/>
5. *Iteia / Produtora Colaborativa* - <http://www.iteia.org.br>
6. *Rede Cearense de Turismo Comunitário* - <http://www.tucum.org/>
7. *Rede MetaReciclagem* - <http://www.metareciclagem.org/>
8. *Fora do Eixo* - <http://foradoeixo.org.br/>
9. *Tecno Brega* - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnobrega> / <http://www.bregapop.com>



Grupo Hip Hop Quilombo Osasco. Local: Ponte Metálica. Foto: Robson Bomfim

# Expediente

Prefeitura de Osasco

**PREFEITO**  
Emidio Pereira de Souza

**VICE-PREFEITO**  
Dr. Faisal Cury

**SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO TRABALHO E INCLUSÃO**  
Dulce Helena Cazzuni

**SECRETÁRIO ADJUNTO**  
Luís Mansur Szajubok

**COORDENADORES (AS)**  
Marisa Campos  
Programa Juventude

Tassia Ribeiro  
Programa Osasco Incluir

Ronnie Aldrin Silva  
Programa Osasco Digital

Rosa Maria Alves de Almeida  
Programa Redistributivos

Sandra Faé Praxedes  
Programa Osasco Solidária

Jussara Dias  
Programa de Capacitação Ocupacional

Comissão de Organização da I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura de Osasco-SP

Sandra Faé Praxedes  
Programa Osasco Solidária

Magali Honório  
Programa Osasco Solidária

Maurício Sardá  
Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego

Gustavo Vidigal  
Ministério da Cultura

Guilherme Marin  
Ivoz/ GT de economia da cultura Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum dos Pontos de Cultura

Lilian Fernandes e Ricardo Dias  
Secretaria de Cultura de Osasco

Leonardo Barbosa Rossato  
Circuito Fora do Eixo/ GT de economia da cultura Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum dos Pontos de Cultura

Paulo Edison de Oliveira Índio  
Ivoz / GT de economia da cultura Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum dos Pontos de Cultura

Luciano Onça  
Organização

Samuel Batista  
Boca de Pano – EES de Osasco

Theodora Ribeiro  
Cooperativa Paulista de Teatro

Luana Vilutis  
Pesquisadora de economia da cultura/ GT de economia da cultura Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum dos Pontos de Cultura

Bruno Simões  
Pesquisador do etnodesenvolvimento/ GT de economia da cultura Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum dos Pontos de Cultura

Edição livro:

Coordenação Editorial:  
Porto de Cultura

Fotografias:  
Fabio Correa e Robson Bomfim

Seleção de imagens:  
Porto de Cultura  
Marly Porto e Carolina Carmini

Projeto gráfico:  
Porto de Cultura  
Leila Jacomini Freitas

Textos:  
Angela Schwengber

Revisão de textos:  
Angela Schwengber e Marly Porto

Transcrição de textos:  
Porto de Cultura  
Regiane Ribeiro de Lima Ramos

Impressão e acabamento:  
Leograf Gráfica e Editora Ltda.

Agradecimentos:  
As equipes dos Programas da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura de Osasco e das demais Secretarias envolvidas na organização da Conferência. Artistas e grupos que participaram, e colaboraram na organização e com apresentações culturais.

Textos:  
Contribuições ao debate grupo de trabalho do Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Pontos de Cultura de Economia da Cultura Paulo Edison de Oliveira Índio, Leonardo Barbosa Rossato, Luana Vilutis, Robson Bomfim Sampaio e Andréa Saraiva.